

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL**



ALESSANDRA SOUZA DA CUNHA

**Relato de experiência junto a equipe social do Projeto “Maré de Direitos” em
tempos de pandemia**

**RIO DE JANEIRO
2022**

ALESSANDRA SOUZA DA CUNHA

Relato de experiência junto a equipe social do Projeto “Maré de Direitos” em tempos de pandemia

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a Conclusão do Curso de Serviço Social.

Orientadora: Profa. Miriam Krenzinger

RIO DE JANEIRO
2022

Agradecimentos

Gostaria de agradecer primeiramente a minha mãe que mesmo diante de todas as dificuldades e atravessamentos, nunca desistiu de mim e fez tudo o que estava ao seu alcance para que eu estudasse. Mãe hoje eu entendo por que você não ia nas reuniões para assinar meus boletins. Foi dolorido, mas a raiva me fez querer ser cada vez melhor e hoje estou aqui me formando. Estou Despedaçada, mas pretendo melhorar. E seguimos juntas.

Gostaria de agradecer ao meu pai pelo amor incondicional. Por todas as vezes que me acordou balançando meu dedão do pé, fazendo a cama toda balançar às 5:30 da manhã, me fazendo a maior raiva e mexendo no meu sentimento todas as vezes que dizia que eu não estava estudando pra você e sim pra mim mesma. Obrigado pai! Sinto falta do teu cheiro de graxa e do teu cafuné. Te amo pra sempre e queria que estivesse aqui.

Gostaria de agradecer a minha tia Sônia, por levar minha mãe praticamente pelas mãos para me matricular no ISERJ. Acho que esse ponto fez toda diferença para que eu me tornasse a pessoa que sou hoje. Tive a oportunidade de ter contato com professores maravilhosos que me ensinaram muito além dos conteúdos estabelecidos. Eles ajudaram a formar meu caráter e a me posicionar politicamente.

Gostaria de agradecer a minha família pelo apoio de sempre. Mas em especial, gostaria de agradecer a minha tia Rosa que sempre esteve ao meu lado no claro e no escuro. Essa foi minha mãe todas as vezes que eu precisei de uma mãe e a minha não conseguia estar lá. Eu te amo! Obrigado por tudo!

Gostaria de agradecer aos organizadores do projeto Mulheres da Paz pela iniciativa de trazer esse projeto para o território da Providência. Agradeço sobretudo a supervisora Sinara Rúbia, que me mostrou os caminhos para entrar pra universidade e dizer que lá eu iria encontrar as respostas para os questionamentos que me assombravam e eu não tinha resposta. Obrigado Sinara!

Mesmo tendo a consciência de que pai não faz favor pra mãe quando cuida do filho pra mãe ir estudar e trabalhar, agradeço ao pai do meu segundo filho, por ter ficado com o Marquinhos. Uma criança especial como ele, não é qualquer um que fica. Os números não mentem! A maior parte dos pais de crianças com algum tipo de deficiência desistem e se a mãe não tiver uma rede de apoio, a probabilidade de poder se dedicar minimamente à formação chegaria perto de zero. Obrigado!

Gostaria de agradecer aos meus filhos! Que consomem grande parte da minha energia e do meu tempo, me deixando super desgastada. Mas também me enchem

de um amor que me empurra pra frente e me faz continuar viva e lutando. Amo vocês e não consigo me imaginar sem vocês!

Gostaria de agradecer aos meus amigos de faculdade por toda amizade e companheirismo.

Gostaria de agradecer aos amigos mais chegados que comemoraram comigo o resultado do ENEM e me aturaram cansada, estressada, dizendo que só queria que acabasse logo. Obrigado pela força.

Gostaria de agradecer a todos os meus professores da faculdade por me proporcionarem uma formação de qualidade inenarrável. Gostaria de agradecer sobretudo à minha professora querida e amada. Obrigada professora Miriam! Obrigado por ser essa profissional ética, qualificada e sobretudo humana. Você me ensinou muitas coisas, mas a que considero a mais importante de todas, é que devemos analisar o indivíduo dentro de todo um contexto. Vou carregar muito de você comigo onde eu estiver.

Gostaria de agradecer às minhas supervisoras de campo, que tiraram um pouco dos seus tempos para me ensinar e orientar! Sorte a minha ter aprendido com as melhores!

Gostaria de agradecer por fim, a Ong Redes da Maré pela oportunidade de estágio e por todas as oportunidades de construção e troca. Que este trabalho tão necessário e importante possa continuar potencializando a luta dos moradores da Maré pelo acesso aos seus direitos, enquanto necessário for.

Gostaria de agradecer a todos os profissionais da Ong Redes da Maré que tive a oportunidade de conhecer e trocar. Alguns se tornaram muito mais do que colegas de trabalho. Se tornaram amizade pra vida!

Gostaria de agradecer aos moradores da Maré por todo acolhimento, carinho, respeito e empatia. Com estes, eu aprendi muito mais do que troquei e vou levá-los comigo no meu coração.

SUMÁRIO

RESUMO	07
1INTRODUÇÃO	08
2- BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE FAVELAS DO RIO DE JANEIRO	11
1.1 - Surgimento da Maré	14
1.2 - Redes da Maré e seu processo de formação.....	19
3 - O EIXO DE SEGURANÇA PÚBLICA E ACESSO À JUSTIÇA	20
3.1- Contribuições do campo de estágio para a formação em serviço social.....	25
3.2 - O Projeto “Maré de Direitos” e avaliação processual da “Consulta” 2021.....	38
3.3- Defensoria em ação.....	46
4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
5- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	57

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALERJ – Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro
BPC – Benefício Prestação Continuada
CEASM – Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré
CRAS – Centro de Referência em Assistência Social
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSS – Instituto Nacional de Seguro Social
ONG – Organização Não Governamental
MDD- “Maré de Direitos”
PEC – Proposta de Emenda Constitucional
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UPA – Unidade de Pronto Atendimento
UPP – Unidade Polícia Pacificadora

Relato de experiência junto a equipe social do Projeto “Maré de Direitos” em tempos de pandemia.

RESUMO

Esta monografia traz relato de experiência do processo de construção da “Consulta” feita junto aos usuários dos atendimentos da equipe sociojurídica do projeto “Maré de Direitos” pertinentes ao ano de 2021, um dos mecanismos de avaliação e monitoramento dos atendimentos do referido projeto. Esta ação, realizada desde o ano de 2016, possibilita um retorno com subsídios para análise das demandas e dos encaminhamentos dos atendimentos realizados pela equipe sociojurídica. Aborda-se neste estudo, as dificuldades impostas pela pandemia que trouxeram a necessidade de reorganização não só da equipe do projeto “Maré de Direitos”, mas de toda a estrutura da Ong Redes da Maré para atender as demandas emergenciais do território da Maré. Destaca-se a importância da participação do estágio em serviço social nesse processo para construção do perfil profissional, inserido no Eixo de Segurança Pública e Acesso à Justiça da Ong Redes da Maré. Este exercício de análise do processo da “Consulta” pautado em dados coletados e tratados pela Ong durante a campanha Maré diz não ao Coronavírus, fomentou a necessidade dos serviços prestados pela instituição Redes de Desenvolvimento da Maré à população local e identificando os desafios para melhoria do serviço, mesmo diante das demandas trazidas pela pandemia do covid 19 e violações de direitos cometidas historicamente por parte do Estado nesta região.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho faz parte das exigências para conclusão do curso de serviço social da universidade federal do rio de janeiro. A construção deste trabalho somente foi possível a partir da experiência de estágio que foi inserido na Organização Social Redes de Desenvolvimento da Maré, através do Eixo de Segurança Pública e acesso à justiça, que iniciou no primeiro semestre de 2019 e por conta da pandemia, terminou no primeiro semestre de 2021.

Destaca os desafios da realização de análises no projeto realizar “Consulta” junto aos usuários das equipes sociais, em 2021, trazendo elementos que atravessaram o planejamento institucional da Redes da Maré e suas equipes. Procura-se explicitar os desafios enfrentados, especialmente, pela equipe do projeto “Maré de Direitos”, que está inserido no Eixo de Segurança Pública e Acesso à Justiça, em realizar a avaliação dos desdobramentos pós atendimento e acolhimento da equipe sociojurídica.

O “Consulta” é uma ação do projeto “Maré de Direitos” (MDD) e consiste em uma avaliação sobre os impactos dos atendimentos sociojurídicos para a população da Maré. Essa atividade é realizada através de contato com as pessoas atendidas inicialmente no projeto e procura-se identificar a efetividade dos encaminhamentos realizados pela equipe técnica do projeto através do levantamento de demandas e encaminhamentos realizados. Além disso, podemos identificar quais os principais entraves no acesso a instituições que promovem acesso a direitos e a justiça, possibilitando um momento de escuta qualificada dos moradores. Por fim, essa ação vislumbra o mapeamento das possibilidades de fortalecimento de parcerias importantes para possíveis encaminhamentos de acordo com as demandas apresentadas. onde o contato com os assistidos é fundamental para a avaliação e monitoramento do trabalho desenvolvido pelo MDD, promovendo participação popular nos processos de trabalho, ajudando na continuidade de investimento para possibilitar a continuidade do serviço, bem como aprimorá-lo nessa construção coletiva.

Barbosa (1990:53) entende que a dimensão processual do planejamento, está para além de seu aspecto formal, pois destaca a necessidade de ser um processo participativo. O planejamento "está inserido na lógica do movimento, como um exercício de decisão, o que pressupõe o poder em ação, já que planejar é tomar decisões, portanto, planejar participativamente é socializar o poder, é o povo decidindo diretamente e/ou indiretamente na produção, na gestão, no usufruto dos bens por uma sociedade historicamente determinada".(BONIN e KRÜGER,2015)

O primeiro capítulo resgata o processo de surgimento das favelas do Rio de Janeiro e deixa explícito que a favela foi a resposta das camadas mais pobres para a falta de moradia. Apresenta o surgimento da Maré e a trajetória da luta dos moradores pelo acesso aos seus direitos que são historicamente violados sobretudo pelo Estado. Apresenta a Ong Redes da Maré , sua criação e como se divide estrategicamente em Eixos estruturantes, que organizados impactam nas políticas públicas nesse território. O segundo capítulo vem abordando o Eixo de Segurança Pública e Acesso à Justiça, trazendo a importância do projeto “Maré de Direitos” para potencializar a luta dos moradores do complexo de favelas da Maré , que vêm desde o início da construção desse território, lutando pelo acesso aos seus direitos individuais e coletivos.

Os direitos fundamentais e constitucionais são assegurados a todos os brasileiros, mas nem todo mundo consegue experimentar, como por exemplo o direito à vida, o direito de ir e vir, o direito à saúde, alimentação, a segurança pública, o acesso à justiça e outros. O “Maré de Direitos” é um dos projetos inseridos dentro do Eixo de Segurança Pública e acesso à justiça. E no contexto da pandemia foi provocado a passar por um processo de reorganização para atender as demandas emergenciais do território da Maré. Este capítulo apresenta o “Maré de Direitos” e a avaliação processual do processo do “Consulta” 2021, que foi afetado pelas demandas emergenciais do território da Maré durante a pandemia e provocou a equipe do “Maré de Direitos” a passar por um processo de reorganização e a avaliação dos processos de trabalho sobretudo nesses tempos de pandemia. A pandemia do coronavírus foi decretada oficialmente pela OMS como pandemia em

março de 2020. Os principais veículos de comunicação divulgaram em 11 de março, a entrevista coletiva onde o diretor geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus expôs a situação, que colocou o mundo inteiro em regime de isolamento social para tentar conter o contágio e proliferação novo coronavírus (Sars-Cov-2). Segundo dados apresentados pela OMS no mês de novembro de 2021, mais de 5 milhões de pessoas haviam perdido a vida em decorrência da pandemia. No Brasil, a pandemia escancarou o aumento das arestas das desigualdades, expondo a necessidade de implementação e fortalecimento de políticas públicas para atender a população. O terceiro e último capítulo vem abordando o avanço da construção da parceria entre Redes da Maré e Defensoria Pública nesse período pandêmico e como essa parceria através da ação Defensoria em ação, é fundamental e necessária para potencializar a luta dos moradores da Maré pelo direito ao acesso à justiça, potencializando o acesso dos moradores aos seus direitos.

2 - BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE FAVELAS DO RIO DE JANEIRO

A abolição da escravidão e a guerra de canudos são dois fatos históricos determinantes que contribuem e impactam no surgimento das primeiras favelas no Rio de Janeiro. A abolição da escravidão no Brasil aconteceu em 13 de maio de 1888, após a princesa Isabel assinar a Lei Áurea. Essa Lei decretou que pessoas escravizadas fossem libertas e não mais comercializadas como objetos pelos senhores proprietários de escravos. Essas pessoas foram libertas e grande parte saiu do campo e migrou para as cidades. Sem nenhum subsídio que pudesse garantir o mínimo de condições para uma vida digna. Sem moradia, nenhum pedaço de terra que pudessem plantar, nenhuma capacitação para serem inseridos no mercado de trabalho e sofrendo todo tipo de preconceito racial, essas pessoas ficaram à mercê no relento, tendo que se submeter a trabalhos que ofereciam muito mal uma moradia.(BENCHIMOL, 1992). Segundo Florestan Fernandes a tão sonhada liberdade, na verdade nunca aconteceu, pois depois da liberdade essas pessoas foram esquecidas pelo governo, que não pensou em nenhum tipo de auxílio ou reparação, que pudesse dar subsidio aos negros libertos para tentarem recomeçar suas vidas de forma digna.

A degradação do regime escravocrata e senhorial se operou, no Brasil, sem que se cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre. Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o Estado, a Igreja ou outra qualquer instituição assumissem encargos especiais, que tivessem por objeto prepará-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho. O liberto viu-se convertido, sumária e abruptamente, em senhor de si mesmo, tornando-se responsável por sua pessoa e por seus dependentes, embora não dispusesse de meios materiais para realizar essa proeza nos quadros de uma economia competitiva. (1978, p. 15)

Muitos pessoas, tanto negros libertos como trabalhadores imigrantes, migrou para a cidade urbana, por conta da crise cafeeira. Sem opções de trabalho no campo, muitos foram parar nas ruas urbanas da cidade, sobretudo na região central do Rio de Janeiro, formando um grande contingente de moradores de rua, mendigando para se manterem vivos. A alternativa encontrada para resolver o problema de moradia, foi

ir para os cortiços e encostas do morro, localizados na região central do Rio de Janeiro. Em 1902 ocorreu a reforma urbanística do prefeito Pereira Passos, uma reforma considerada higienista, onde se derrubou cortiços e proibiu mais construções dos mesmos. A principal justificativa para essa intervenção do prefeito, era que os cortiços eram considerados lugares precários, sujos e com muita proliferação de doenças. Esse processo fez com que as pessoas ocupassem encostas e outras áreas pelo centro, para ficarem próximos ao centro urbano, onde estavam as oportunidades de trabalhos.(BENCHIMOL, 1992).

Um outro acontecimento histórico que contribuiu com o surgimento das favelas, foi a Guerra de Canudos, que aconteceu em 1896, onde o povoado de Canudos foi massacrado na Bahia.(CUNHA, 2011). Após o exército de combatentes liderados por Antônio conselheiro tentarem conter a revolta da população que não aguentava mais os altos impostos. Após matarem grande parte do povoado de Canudos, os soldados retornaram ao Rio de Janeiro cobrando os soldos e terras prometidas como pagamento por terem servido na batalha. Ao contrário do que esperam os soldados, o governo e o exército não os receberam com honrarias e os deixou à deriva, sem qualquer recompensa e qualquer tipo de apoio. Sem moradia, os soldados se instalaram em casas feitas de madeira no morro que fica atrás da Central do Brasil, onde já havia moradores, trabalhadores pobres, que ergueram barracos com os restos de madeiras que ficaram no chão após a reforma de Pereira Passos ter colocado o cortiço Cabeça de Porco no chão. Além desses, nordestinos que chegavam atrás de oportunidades de trabalho também ocuparam o local.(SOUZA, 2010). Os ex-combatentes construíram suas casas no Morro da Providência ou Morro da Favela. Esse nome, Favela, vem de uma planta que cobria o Morro da Favela em Canudos. O Morro da Providência ou Morro da Favela ficou conhecido com esse nome, por influência dos ex-combatentes que acharam a mesma planta no Morro da Providência e achavam as condições de moradia bem precárias e parecidas com as do Morro da Favela em Canudos. Assim o nome Favela foi e é associado pela sociedade como um local ocupado por pessoas pobres, com péssimas condições de moradia, sem saneamento básico, lugar propício a proliferação de doenças e outros estigmas que criminalizam esses territórios e as pessoas que nele vivem. O IBGE utiliza o termo aglomerado subnormal para classificar os territórios de favela.

É um conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas, etc.) carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até o período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e/ou densa. (CENSO 2010)

Essa classificação já nos remete a pensar que estes espaços estão fora da normalidade de um espaço de moradias, que deveria seguir os padrões de moradias das classes mais abastadas. Não respeitando as formas de organização dentro das possibilidades, das pessoas que moram nesses locais.

Em 1992 foi criada a Lei Complementar nº 16, que reconhece a favela como território habitacional e que faz parte da cidade. Nessa lei, a prefeitura ficou responsável por assegurar assistência jurídica no que diz respeito à regularização dos imóveis e de criar programas de construção de imóveis populares, com meios de infraestrutura urbana garantidos. A Lei foi criada, mas para fazer valer, os moradores desses espaços sempre precisaram buscar tais garantias. Ter direito à segurança pública é uma das garantias mais difíceis e complexas que moradores desses espaços vêm historicamente lutando para ter, sobretudo uma segurança que respeite as especificidades destes territórios e atenda às reais necessidades. Segundo esse Plano diretor a favela é:

Art. 147 – Para fins de aplicação do Plano Diretor (1992), favela é a área predominantemente habitacional, caracterizada por ocupação da terra por população de baixa renda, precariedade da infraestrutura urbana, e de serviços públicos, vias estreitas e de alinhamento irregular, lotes de forma e tamanho irregular e construções não licenciadas, em desconformidade com os padrões legais.

Todos os serviços e políticas públicas quando estão presentes em territórios de favela, se apresentam de forma muito precária. Os moradores desses territórios são historicamente criminalizados por suas formas de organização, pelo poder aquisitivo que a maioria tem e pela cor da pele dessas pessoas que

predominantemente são pessoas negras e pardas. O Estado se apresenta de forma precária na gestão das relações expressas dentro das favelas. E quando se apresenta através de seus braços armados, agentes de segurança pública, não mede esforços em traçar estratégias de opressão e morte sobretudo para a população negra. A forma precarizada que o Estado se apresenta e sempre se apresentou dentro desses territórios de favela, propiciou no controle e avanço do poder de grupos civis armados, que através de forte poder bélico, regras de convivência impostas, pautadas no medo, contendo tribunais de julgamento que podem sentenciar sanções á sentenças de morte. Esses grupos foram delimitando seus espaços de controle. Mas as disputas de narrativas estão cada dia mais acirradas, a Favela vem mostrando que é espaço vivo, em constante movimento, criação e produção. Apesar de todos os atravessamentos que impactam negativamente no cotidiano dessas pessoas, trazendo adoecimento e morte, a favela se organiza e se movimenta de forma estratégica e vem mostrando suas capacidades, sobretudo a que mais chama a atenção do Estado, a capacidade de produção e consumo. O Estado vem cada vez mais se interessando por este espaço, mas não para impulsionar seu progresso e crescimento, mas sim para se apropriar de suas metodologias e controlar seus movimentos. Fazendo uma constante manutenção do controle e da ordem.

2.1 – Surgimento da Maré

É possível consultar a história do surgimento da Maré, através de documentos, relatos e fotos que fazem parte do acervo do museu da Maré, construído para preservação de memória, para que os moradores tenham o direito de contar através dessas memórias, sua história, suas trajetórias de resistência de toda uma luta. O surgimento da Maré está ligado diretamente com o processo de urbanização e industrialização do Rio de Janeiro em meados da década de 1930. A construção da Variante Rio Petrópolis, conhecida como Avenida Brasil, foi um fator determinante para a chegada dos primeiros moradores na Maré. Muitos trabalhadores que trabalhavam na construção da Avenida Brasil, foram os primeiros moradores da Maré. O processo da obra de aterramento do local, que tinha como finalidade interligar o centro e os subúrbios, contribuiu como base para que essas pessoas começassem a ocupar esse espaço e construir suas casas.

A primeira favela a surgir, foi o Morro do Timbau e logo depois a Baixa do Sapateiro onde pescadores e pessoas vindas do nordeste construíram casas de palafitas sobre as águas que contornavam a Baía de Guanabara. Em 1947 o 1º Batalhão de carros de combate do exército é transferido para localidade, para fazer o controle social e de moradias. Se achassem necessário, derrubavam barracos e também cobravam uma espécie de taxa de moradia. A história contada no Museu da Maré, de uma moradora da Maré, que virou símbolo de resistência para os moradores, chamada Dona Orosina, conta que a mesma construiu sua casa com madeiras trazidas pela maré e que nessa época que o batalhão derrubava barracos e cobrava taxas, que nessa época, Dona Orosina escreveu uma carta para o presidente Getúlio Vargas reivindicando o direito de permanecer morando no local. O presidente recebeu Dona Orosina pessoalmente no Palácio Central para ouvi-la.

Conforme a favela ia crescendo, os moradores iam sentindo cada vez mais a necessidade de se organizar e reivindicar por políticas e serviços que pudessem atender as necessidades do local e dos moradores, foi então que em 1954 surge a primeira associação de moradores da Maré.

A Favela do Parque União surge através de pessoas que ocuparam essa localidade por ser a localidade com mais fácil acesso a toda extensão da construção da Avenida Brasil, os moradores não podiam fazer construções de alvenaria neste local, pois sendo de madeira, era mais fácil de derrubar conforme a vontade do batalhão. Então os moradores forjavam casas de madeira e por dentro dessas casas, iam construindo com alvenaria. Após terminada a casa, os moradores retiravam as capas de madeira e aparecia a casa de alvenaria que havia por baixo. Dessa forma os moradores foram ocupando este local.

A Favela de Nova Holanda surge a partir da intervenção do Estado em outras localidades do Rio de Janeiro. O governo de Carlos Lacerda é marcado por remoções em algumas favelas da cidade e os removidos foram realocados para o chamado Centro Habitacional Provisório, que tinha moradias precarizadas e foi construído no aterro do lado do Parque Maré. Além da Favela de Nova Holanda, outras oito favelas que fazem parte do complexo da Maré foram criadas a partir de intervenções do Estado.

Na década de 80 dois grupos civis armados um liderado pelos irmãos metralha e o outro liderado pelo Jorge Negão, disputavam o controle das seis favelas que existiam no complexo da Maré. Eles dividiram a favela de Nova Holanda e criaram

uma divisão invisível, causando medo nos moradores de circular através dessa divisão. Os conflitos entre esses grupos pelo domínio do território eram constantes e essa violência afetava bastante a vida dos moradores.(SILVA, 2009). A organização e mobilização de organizações comunitárias ajudou estrategicamente aos moradores a tentar resolver a circulação dos mesmos pelo território e a amenizar os conflitos em prol de diminuir a violência para tentar melhorias para a localidade. Eliana Souza, uma das fundadoras da Redes da Maré, participou de um momento muito importante para a Maré, ela participou de um evento simbólico que marcava o desejo de paz para os moradores da Maré, onde os grupos que disputavam o domínio do território se encontraram e jogaram suas armas no chão em sinal de acordo de paz em prol de avanços na luta para melhorar a qualidade de vida dos moradores.

Assim, em um determinado dia e hora definidos pelos chefes, os dois grupos vieram caminhando dos seus lados, com todas as suas armas nas mãos. O momento, recordo-me ainda hoje, era de temor, de tensão, de forte expectativa. Eles, sempre se olhando, se dirigiram para defronte do posto policial comunitário – os policiais de plantão estavam dentro do imóvel, mas não efetivaram nenhuma ação, pois sabiam o que estava previsto para ocorrer. No mesmo momento, então, os integrantes dos dois lados jogaram suas armas no chão. (2009, p. 103)

Em 1984 moradores da Maré, membros da igreja Nossa Senhora dos Navegantes e membros do posto de saúde comunitário, se organizaram e de forma politizada reivindicaram que a Fundação Leão XIII não interferisse na escolha do presidente da associação de moradores. A Fundação Leão XIII era vinculada ao governo federal e ao mesmo tempo que atuava na ajuda com as famílias em situação de vulnerabilidade extrema oferecendo alguns serviços, fazia também o controle social, impedindo por exemplo que moradores fizessem obras de melhoria em suas residências para facilitar a remoção quando e se fosse de interesse do Estado. Foi nesse contexto de reivindicação que Eliana Souza, uma das fundadoras da Redes da Maré, foi eleita primeira presidente da associação de moradores de Nova Holanda, sem a interferência da Fundação Leão XIII. (SILVA, 2009).

Na década de 90 é criado no governo de Marcello Alencar, as gratificações para policiais que em prol da segurança pública, e a guerra contra as drogas, apresentavam maior número de prisões, apreensões e mortos. Nesse contexto, para proteger policiais e justificar as mortes, o auto de resistência foi utilizado como

permissão para matar, executar a pena de morte que não existe nas leis brasileiras e exterminar sobretudo o povo preto, pobre, de favelas e periferias, sem responsabilização pelo ato cometido por policiais. A construção de um respaldo para legalizar, não investigar e absolver agentes de segurança do Estado que matam sobretudo em serviço, esse respaldo começou a ser construído a pelo menos 50 anos atrás.

A construção para a legitimação (anti) jurídica dessa política racista de extermínio surge há 50 anos, em 02.10.1969, com a Ordem de Serviço N, nº 803, da Superintendência da Polícia Judiciária do antigo Estado da Guanabara – depois ampliada pela Portaria E, nº 30, de 06.12.74, do Secretário de Segurança Pública – que “dispensa a lavratura do auto de prisão em flagrante ou a instauração de inquérito policial”. E determina a aplicação do art.292, do Código de Processo Penal, que prevê a lavratura do “auto de resistência” na hipótese específica de resistência à ordem legal de prisão. (Cinquenta anos do auto de resistência – Justificando, 2020)

A partir daí, o policial sequer é indiciado, passa a ser designado como “vítima”, e a pessoa morta torna-se “opositor”, “imputado, com óbito“. É a inversão radical da realidade.

Ao invés de abrir uma investigação para apurar os fatos, uma recompensa com premiação em dinheiro e reconhecimento com honrarias ao ato. Essa dinâmica, junto com discursos de representantes eleitos pela sociedade nas formas da democracia vigente, que dizem que é pra atirar na cabecinha conforme falou ex governador Wilson Witzel e propagados pela grande mídia sempre criminalizando território de favela, culminou no crescente número de registros de autos de resistência registrados durante os anos. O auto de resistência funciona para justificar quando um policial mata uma pessoa que considera “suspeita”, alegando legítima defesa. Em 2016 o Instituto de Segurança Pública divulgou registro de 925 casos, 1127 casos em 2017, 1810 casos em 2019, em 2020 foi registrado 6416 em plena pandemia com a ADPF das favelas em vigor. A Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 635 foi ajuizada pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) com a perspectiva de diminuir os impactos de operações policiais, sobretudo mortes decorrentes da política de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro marcada pela "*excessiva e crescente letalidade da atuação policial*".

A política de Segurança pública atravessa a vida dos moradores da Maré nunca em um sentido de garantir o direito à vida, mas sim sempre potencializando o risco real de morte. E essa política atravessa todas as outras, pois todas as vezes que tem operações, os serviços prestados na favela, são prejudicados muitas das vezes com interrupções sob a justificativa de risco de vida para quem oferece o serviço e para quem necessita do serviço. Equipamentos de saúde e educação são exemplos de serviços que são interrompidos nessas ocasiões que são frequentes. Mobilizações feitas no território para que se discuta sobre segurança pública, vem ganhando força através dos anos graças a iniciativas como as que a Redes da Maré promove, como ações de mobilização territorial, como as da campanha "Somos da Maré! Temos Direitos!" que impulsiona o debate sobre o tema da segurança pública como um direito constitucional, que deveria ser garantido pelo Estado, falando sobre a questão dos direitos dos moradores, distribuindo cartilhas explicando e esclarecendo quando um direito é violado e que providências são possíveis. A Maré tem mais de 140 mil moradores segundo o censo Maré e a verdade é que o Estado somente se apresenta muito eficaz no território quando é para oprimir e para matar através de seus braços armados, que são os agentes de segurança pública. A Maré é um território vivo, diverso, com comércios ativos e pessoas circulando o tempo inteiro. Sua magnitude a coloca como a maior favela do Rio de Janeiro(SILVA, 2017). A Maré são várias Mares e para entender sua potência e verificar possibilidades para ela melhorar suas condições de serviços e infraestrutura, o Estado respeitosamente precisaria fazer um trabalho de escuta, observação e planejamento em conjunto com os moradores, mas essa dinâmica não é realidade entre Maré e o Estado. Com tantas demandas inesgotáveis, trabalhos desenvolvidos pela Ong Redes da Maré, que sobretudo potencializa a luta dos moradores por acesso aos seus direitos, se faz necessário e segue fazendo suas críticas produzindo dados, promovendo debates e democratizando acesso a informações. A Redes da Maré se utilizando dessa metodologia de escuta qualificada, pesquisa, produção de dados e construção de estratégias coletivas que possam impactar de forma positiva na vida dos moradores da Maré e incidir em políticas públicas que possam atender às reais necessidades dos moradores, não toma o lugar do Estado nesse sentido, mas faz uma crítica tentando mostrar caminhos possíveis para atender as especificidades do território de das pessoas que vivem nele.

2.2 – Redes da Maré e seu processo de formação

A Redes da Maré é uma Organização Social e a formulação para seu surgimento iniciou em 1997 com ações de moradores da Maré que ingressaram na Universidade Pública e começaram a questionar sua realidade. Esse movimento desencadeou na formação do CEASM (Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré). Tal Organização foi pensada e organizada por moradores e ex-moradores oriundos de algumas das 16 favelas que formam a Maré e de outros lugares do Rio de Janeiro. É importante ressaltar que a maioria desse grupo fazia parte da população de menos de 0,5% que conseguiu entrar para a universidade e que os mesmos, participavam de movimentos sociais e comunitários, em prol de determinados direitos básicos, como: educação, saúde, cultura, saneamento, iluminação pública, segurança, dentre outros.

O grupo tinha o anseio de produzir uma intervenção de longo prazo no território da Maré, que é composto pelas Favelas: Conjunto Esperança, Vila do João, Conjunto Pinheiros, Vila dos Pinheiros, Salsa e Merengue, Conjunto Bento Ribeiro Dantas, Morro do Timbau, Baixa do Sapateiro, Nova Maré, Parque Maré, Nova Holanda, Parque Rubens Vaz, Parque União, Parque Roquete Pinto, Praia de Ramos e Marcílio Dias, para identificar quais fatores contribuíam para prejudicar o exercício cotidiano da cidadania dos 140 mil moradores locais. A primeira iniciativa do grupo, foi no campo da educação, com a criação do Curso Pré-Vestibular Comunitário da Maré, no intuito de preparar os moradores para os exames que dão acesso às universidades. E o resultado dessa iniciativa foi bem satisfatório, uma vez que mais de 1600 moradores conseguiram entrar para as universidades.

Após algum tempo, por divergências ideológicas, o grupo se dividiu seguindo na luta pelos direitos dos moradores da Maré. Um desses grupos se transformou na Redes da Maré que se consolidou em 2007 tendo como foco ações na área da educação, cultura e produção de conhecimento. Ações que pudessem impactar durante muito tempo a Redes atuou na Maré tendo por objetivo ampliar o acesso à educação, não à toa surgiu a partir de um pré-vestibular, mas ao longo do tempo foi identificado que o viés da educação estava atrelado a outros direitos, que também são negligenciados pelo Estado. Pensando estrategicamente em impactar nas políticas públicas, a Redes da Maré se organiza a partir de eixos estruturantes de

trabalho que são: educação, arte e cultura, desenvolvimento territorial, direito à segurança pública e acesso à justiça e identidades e memórias. O Eixo de Segurança Pública e Acesso à Justiça, estava sustentado até 2019 em 4 pilares fundamentais de atuação: Acesso à Justiça (“Maré de Direitos”), Mobilização dos Moradores (campanha Somos da Maré. Temos Direitos! e Fórum “Basta de Violência! Outra Maré é possível...”), Produção de Conhecimento e dados (De Olho na Maré e curso Falando sobre Segurança Pública na Maré.) e Incidência Política. Tal formato de atuação, proporcionou ao longo do tempo, realizações importantes como: o Jornal Comunitário Maré de Notícias, com tiragem de 50 mil exemplares mensais, distribuídos nos 45 mil domicílios, o Centro de Artes da Maré, a Biblioteca Lima Barreto, a 1ª Conferência Livre de Segurança Pública da Maré, a elaboração da Campanha “Somos da Maré”, o Censo Maré que proporcionou a cartografia da Maré, o Guia de ruas, o Censo de empreendimentos Comerciais da Maré e o Censo Populacional.

3 - O EIXO DE SEGURANÇA PÚBLICA E ACESSO À JUSTIÇA

O Eixo de Segurança Pública e Acesso à Justiça, é um dos Eixos estratégicos da ONG Redes da Maré. Através dele a ONG fortalece os moradores na luta pelo acesso aos seus direitos e à justiça. Constroem coletivamente estratégias para que esses acessos sejam concretizados no território da Maré, sobretudo almeja que o pleno acesso com qualidade e eficácia seja realidade para os mais de 140.000 mil pessoas que vivem no território. Sempre enfatizando que o acesso aos direitos e acesso à Justiça são direitos fundamentais de todos e que esses acessos devem ser garantidos pelo Estado, bem como consta na Constituição Federal de 1988. As pessoas que moram no território sofrem historicamente com diversas formas de violências e violações de seus direitos e o impacto disso é concreto no cotidiano dessas pessoas, que não conseguem acessar equipamentos e serviços que poderiam lhes proporcionar a experiência de se sentir ou se ver enquanto sujeitos de direitos, enquanto pessoas que fazem parte da cidade. Em outras partes da cidade onde residem pessoas de poder aquisitivo alto, essas experiências de acesso e reconhecimento de direitos são experimentadas de outra forma, sobretudo sem violações de direitos e violências, seguindo todo um protocolo que primeiramente resguarda o direito à vida por exemplo. Os dados do INSP e dados coletados pela ONG Redes da Maré, mostram que o direito à vida no território da Maré, não é um direito inviolável e a política de segurança pública é utilizada como uma das ferramentas mais letais para assegurar que essa violação aconteça da forma mais perversa e devastadora possível.

Em 2016, a cidade do Rio de Janeiro foi sede dos jogos olímpicos. Neste período o Estado se decretou insuficiente no que diz respeito à segurança pública, por conta da falta de verbas para investir na área. E se pautando em dados do ISP (Instituto de Segurança Pública) que mostravam um aumento da violência na cidade, o Estado decidiu decretar a intervenção Federal que permitia plenos poderes na área da segurança para as forças federais.

Após uma das operações no território da Maré, que teve como resultado: mortos, pessoas feridas, fechamento dos aparelhos públicos, como escolas e postos de saúde. Os moradores da Maré, associações e outras instituições sociais se

uniram e procuraram a justiça para denunciar as diversas violações de direitos sofridas pelos moradores e tentar dentro das possibilidades, buscar possibilidades para que os direitos dos moradores do território fossem respeitados bem como é para outros moradores de outras partes da cidade, sobretudo em referência às partes ditas como áreas nobres, como a Zona Sul do Rio de Janeiro, onde a Segurança Pública seletiva e racista, pondera sua agressividade e se mostra mais respeitosa, eficaz e atuando com mais estratégia, evitando efeitos colaterais que possam afetar esse público seletivo da sociedade. Assim surge a ACP(Ação Civil Pública).

A Defensoria Pública, acionada pelos Moradores da Maré, associações e outras instituições, atendeu ao anseio dos mesmos, pois seus direitos estavam sendo violados. Do movimento desses atores sai a proposta de processar o Estado, uma Ação Civil Pública contra o Estado que se iniciou no tribunal de justiça do rio de janeiro no ano de 2016(ACP da Maré), para que uma série de medidas preventivas em dias de operações policiais fossem seguidas como protocolo de redução dos impactos destrutivos a vida dos moradores durante as operações. Em Junho de 2017 , o poder judiciário concedeu uma liminar que determinava que agentes da segurança pública seguissem determinados protocolos para diminuir os impactos das operações na Maré. Dentre os protocolos os que mais se destacaram foi: 1) Proibição de Operações Policiais para cumprimento de mandados judiciais à noite; 2) Instalação de câmaras de vídeo e GPS nas viaturas; 3) Instalação de aparelho de áudio nas viaturas; 4) Disponibilização de ambulâncias em dias de Operações Policiais; 4) Elaboração de um Plano de Redução as violências em dias de operações policiais. Desde que foi movida a Ação Civil Pública, dados coletados pela Redes da Maré e divulgados no 3º Boletim Direito à Segurança Pública na Maré, destacaram uma queda no número de operações policiais, confrontos armados entre os grupos civis armados, mortes em decorrência desses conflitos, fechamento de equipamentos do território(escolas, clinica da família e outros necessários e importantes para os moradores). Os dados coletados, no que diz respeito a violações de direitos no território da Maré desde 2016, vêm fomentando provas para embasar a Ação Civil Pública e tem ajudado nos debates sobre políticas públicas que possam ser pensadas e construídas de forma coletiva, para assegurar que os direitos das pessoas de territórios de favelas como a própria Maré e outras periferias sejam

respeitados.

Dados apresentados pela Rede de Observatórios da Segurança, que foi lançada no Museu Histórico Nacional no dia 28 de maio de 2019, mostraram que o encarceramento vem diminuindo, porém em contrapartida, os dados de letalidade vêm aumentando e sendo motivo de muita preocupação e reflexão da equipe do Eixo de Segurança Pública e Acesso à Justiça, da Redes da Maré e da sociedade, que vem acompanhando o processo. Fica nítido, a nova e verdadeira intenção de extermínio da população periférica e de favela por parte do Estado, que se mostra cada dia mais racista e elitista, de forma escancarada. Para se ter uma noção da gravidade e crueldade que a Política de Segurança Pública proporciona como experiência na vida cotidiana das favelas, a ONG Rio de Paz se debruçou em 57 casos de crianças mortas em decorrência de confrontos armados entre agentes de segurança pública e grupos civis armados no Rio de Janeiro que foram noticiados pela imprensa. Esses dados apontaram que 52% das crianças mortas por bala “perdida” no período entre 2007 e Setembro de 2019, que essas mortes foram em decorrência desses confrontos armados entre agentes de segurança pública e grupos armados civis. Ainda sobre os dados, 82% dos casos ocorreram em território de favelas.

Após operações que potencializaram as violações de direitos, que inclusive tiveram carta branca do ex-governador do Rio (Wilson Witzel) para atirar na cabecinha, contamos também com a ADPF das Favelas que é resultado da construção coletiva não só do território da Maré, mas de outras favelas, movimentos sociais, ONGS, coletivos e outros setores da sociedade.

Os dados coletados pela Redes e pelo INSP, demonstram que em 2019 houve um aumento na letalidade, principalmente de jovens negros, a interrupção da vida cotidiana das pessoas desse território e a paralização de serviços públicos aumentaram com frequência. E após o Supremo Tribunal Federal impor uma liminar acatando alguns pedidos que constam na ADPF, após as mortes decorrentes de intervenções durante a pandemia, as mortes diminuíram, porém no que se refere às variantes raciais não. Ou seja, a proporção de mortes de pessoas negras e pardas continua sendo muito maior em comparação a mortes de pessoas brancas.

As equipes sociais da Redes da Maré que fazem o acompanhamento dos casos, se reúnem periodicamente para discutir os resultados, pensam em

mobilizações para conscientização dos moradores através de campanhas informativas e debates. Cada um na sua área, pensa em como auxiliar nas demandas apresentadas. E como estratégia principal, incentivam os moradores a produzir textos para que possam eles mesmos serem os protagonistas das suas próprias histórias e que também, possam denunciar as violações de direitos. Exemplo disso, foi a iniciativa que proporcionou às crianças da Maré, a fazerem cartas falando sobre seu cotidiano em dias de operações policiais. Tais cartas, que apresentavam um cotidiano atravessado por violações de direitos, foram entregues ao Tribunal de Justiça do Rio e isso ajudou a volta da Ação Civil Pública (ACP) que regulamenta as operações policiais no local. A ação havia sido suspensa em junho de 2019.

Pensando no campo dos direitos, o Estado ao invés de garantir a vida conforme consta em nossa constituição, vem naturalizando as mortes com discursos de senso comum, tratando a vida como algo descartável, justificando todas mortes como auto de resistência independentemente da situação que de fato possa ter ocorrido, ou até mesmo independentemente da idade.

O caso do menino Maicon, que foi morto na porta de sua casa em Acari há 23 anos atrás é um desses exemplos e seu pai aguarda por justiça até hoje, pois o Estado tirou a vida de seu filho, uma criança de apenas 2 anos e ainda por cima, alegou auto de resistência.

O caso do menor Marcus Vinicius de 14 anos, que foi morto uniformizado quando estava a caminho da escola em junho de 2018 na Maré, mas desistiu de continuar o trajeto após ter avistado o blindado chamado “caverão” e para se proteger do possível conflito, decidiu voltar pra casa, também foi registrado como auto de resistência e sua mãe Bruna, também aguarda por justiça, pois como pode um policial ter atirado em seu filho vendo que o mesmo era um estudante?

Em casos como estes citados acima, em que familiares, que geralmente são mães e mulheres de alguém que perdeu a vida, o Serviço Social da equipe do Eixo de Segurança Pública e Acesso à Justiça da Redes da Maré faz um trabalho necessário e importante de acolhimento aos familiares, auxiliando-os nas execuções das políticas públicas, como por exemplo as políticas de Educação, saúde e assistência.

A equipe faz um atendimento humanizado, com escuta apurada, analisando de forma crítica a falta da atuação do Estado através de políticas públicas na vida das pessoas que estão inseridas em todo um contexto de criminalização da pobreza, de combate às drogas e a criminalidade. O Estado, usa como principal estratégia o poder bélico ao invés do uso estratégico, inteligente e humanizado

O Estado veio através das políticas de segurança propostas, como o pacote anticrime do ex Ministro da Justiça Sérgio Moro, justificar a necessidade de matar do Estado, para garantir a ordem, bem como a verdadeira carta branca que o ex Governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, que autorizou mirar nas cabecinhas da favela, legitimar uma sentença de morte sem direito a defesa. A intenção, parece ser a da eliminação das vidas nas periferias, principalmente das vidas de jovens negros.

Todo esse movimento dentro do Eixo de Segurança e Acesso à Justiça da Redes da Maré, visa impactar na forma como os agentes do Estado atuam na região, tendo como valor central, a garantia de direitos de quem vive nessa região, sobretudo o direito à vida sendo priorizada e valorizada nas ações.

A Redes acredita que com a mobilização dos moradores, fortalecidos nos seus protagonismos na luta por direitos, junto aos órgãos governamentais e não governamentais que atuam no campo da Segurança Pública e Sistema de Justiça, que todo esse movimento possa ser a saída para a construção de políticas de segurança que atendam a tanta diversidade apresentada em nossa sociedade principalmente em territórios de favela e periferias, e que a justiça possa seguir a mesma linha e uma justiça que não seja para legitimar privilégios de quem tem poder aquisitivo de compra em detrimento de quem não tem e mora em lugares criminalizados.

3.1- Contribuições do campo de estágio para a formação em serviço social

Tirando o momento em que o estudante pega seu canudo e se forma, o período de estágio para alguns estudantes é um dos períodos mais aguardados durante sua formação, pois é inserido no campo de estágio que o estudante tem a oportunidade de contato com o espaço de atuação do profissional e seu objeto de trabalho. Onde um dos objetos de estudo do estagiário é observar o profissional, as

relações de trabalho, as possibilidades, limites e os processos dos indivíduos inseridos em todo um contexto. Segundo a ABEPSS ele

“se constitui num instrumento fundamental na formação da análise crítica, capacidade interventiva, propositiva e investigativa do estudante, que precisa apreender os elementos concretos que constituem a realidade social capitalista e suas contradições, de modo a intervir, posteriormente, como profissional, nas diferentes expressões da questão social, que vêm se agravando diante do movimento mais recente de colapso mundial da economia, em sua fase financeira, e de desregulamentação do trabalho e dos direitos sociais” (Política Nacional de Estágio da ABEPSS, 2010, p.11).

Onde se confirma, sobretudo no Serviço Social, que nem sempre a teoria acompanha a prática, pois os processos são constantes e que para a atuação do Assistente Social é fundamental conhecer para intervir e que justamente por esta razão, que uma das competências do profissional dessa área estabelecida na Lei n. 8662/1993 tornar a pesquisa um elemento constitutivo do seu trabalho profissional, como pré-condição do exercício profissional competente e qualificado. Ao mesmo tempo em que o profissional está sempre em construção e troca de conhecimento, ele consegue aproximar-se de possibilidades de intervir e transformar a realidade.

Em 2019 o Eixo de Segurança Pública e Acesso à Justiça abriu vaga para estagiários do Serviço Social. Em entrevista para seleção de estagiário para este campo, os estagiários foram informados pela parte de orientação profissional acadêmica, que o estagiário teria que acompanhar e aprender os processos de trabalho do assistente social no cargo de gestão. Nesse caso específico, o estudante teria a oportunidade de aprender que o profissional do serviço social não está somente na ponta, no atendimento direto com a população, na construção de alternativas junto ao usuário do serviço para intervir em alguma situação de vulnerabilidade social, por exemplo. Estaria neste campo, mostrando outros leques de opções para a profissão, sobretudo o serviço social inserido na área da gestão, pesquisa e produção de dados e de conhecimento.

Para se ter um bom aproveitamento e desenvolvimento do processo de estágio neste campo, utilizei pesquisa documental, observação, registro de atividades e escuta qualificada. Essas técnicas utilizadas pelo profissional do serviço social no

exercício da profissão, sempre com respaldo no código de ética da profissão, possibilitaram muito colher informações importantes no processo de conhecer o território, saber da sua história, suas especificidades, como as políticas públicas e serviços se apresentam no território e para as pessoas que nele vivem. Possibilitou entender como se dá o trabalho desenvolvido pela ONG Redes da Maré, seus processos de construção e reconstrução e para quem esse trabalho é feito. Este processo foi desafiador, pois sendo estudante oriunda de favela, teria que observar os processos com ética, isenção e carregada o mínimo possível de minhas percepções e vivências próprias. Nesse sentido, a carga teórica metodológica adquirida durante a graduação do Serviço Social até este período, e necessária para este período, ajudou muito no distanciamento do objeto de observação e contribuiu para uma experiência de estágio com um olhar crítico da realidade apresentada. As atividades de estágio propostas pelas supervisoras de campo em todo o período de estágio, antes da pandemia e durante a pandemia, tais como realizar atividades em diferentes projetos que compõem o Eixo Direito à Segurança Pública e Acesso à Justiça, como participar da campanha “Somos da Maré! Temos Direitos”, “De Olho na Maré”, “De Olho no Corona”, “Vacina Maré”, “Defensoria em Ação da Maré”, acompanhar os atendimentos do “Maré de Direitos”, acompanhar audiências públicas, frequentar eventos e cursos que debatem a questão do racismo estrutural, segurança pública e acesso à justiça, possibilitou muito entender como a política de segurança pública atravessa a vida dos moradores do território de maneira agressiva e exterminadora e como essa política atravessa todas as outras políticas impedindo ou prejudicando o acesso dos moradores a dispositivos importantes e necessários, como os equipamentos de saúde e educação do território, acessar políticas públicas, acessar seus direitos.

As reuniões para discussão e reflexão sobre estratégias de enfrentamento das demandas postas ao fazer profissional, tensionado pela lógica corporativa, foram realizadas segundo cronograma específico, considerando-se como ideal a frequência de uma vez ao mês. Todas as reuniões seguiram roteiro específico, previamente definido com a estagiária.

Em alguns casos, foram solicitadas visitas a outras gerências, de maneira a apresentar o trabalho desenvolvido pelo Serviço Social e participação em programas ou ações, no sentido de aproximação e criação de vínculo com os assistidos naquele espaço institucional. Colocando-se também disponível para demanda ao fazer

profissional do (a) Assistente Social a assessoria gerencial, no que tange à situações de diversas naturezas que possam repercutir em agravos aos direitos dos moradores dos conjuntos de Favelas que compõem a Maré (as), numa perspectiva preventiva, de modo a evitar situações diversas vividas por moradores deste espaço e construir junto com a comunidade narrativas que defendam políticas que atendam às necessidades demandadas neste espaço.

Por fim, convém ressaltar que todas as ações desenvolvidas foram devidamente registradas, segundo a atividade, e contabilizadas ao final de cada mês para avaliação e acompanhamento das principais demandas apresentadas ao Serviço Social.

Atividades de capacitação interna como grupos de estudos, o curso "Falando Sobre Segurança Pública na Maré" ajudou muito nesse processo de formação também, pois a oportunidade do contato com pesquisadores, especialistas renomados que abordam o tema da segurança pública, cruzando com as experiências, dados coletados e tratados pela ONG Redes da Maré, histórias e vivências dos moradores oriundos do território, possibilitou provocar reflexões sobre o assunto e possibilitou debates que impulsionam a participação popular na construção de políticas públicas que possam chegar o mais próximo de atender as reais necessidades do território e das pessoas que vivem nele. No ano de 2019 o Curso "Falando Sobre Segurança Pública na Maré" foi presencial, na sede de Nova Holanda. Com a chegada da Pandemia o curso precisou ser ministrado de forma remota, através de links de salas de aula, que eram enviados por e-mail. Esse novo formato permitiu absorver um número maior de participantes que estavam seguindo as medidas de isolamento por conta da pandemia, ampliando o acesso à informação. Nesse formato, conseguiu absorver um quantitativo maior de alunos. Antes o que era restrito a equipe do Eixo de Segurança Pública e Acesso à Justiça, passou a absorver pessoas de outros projetos, sobretudo moradores da Maré. Impulsionando de forma mais ampliada as discussões coletivas sobre como a política de segurança pública se apresenta para moradores de território de favela, sobretudo o território da Maré e quais possibilidades de estratégias individuais e coletivas para amenizar os impactos dessa política historicamente letal para a população do território.

Observando através de dados do próprio Censo Maré, onde os dados mostram que o Estado está no território, mas de forma ineficaz, que este processo de chegar a políticas que atendam as reais necessidades, estão distantes da realidade

da Maré, estas ações de capacitação impulsionam e ajudam a qualificar os debates sobre outras possibilidades para a Maré, pensada e construída de dentro pra fora e de forma coletiva.

As atividades externas propostas pela supervisão, também agregaram muito para a experiência profissional no que tange inclusive numa perspectiva de posicionamentos políticos. A Participação em audiências públicas e outras atividades que ocorreram em espaços de poder, como na ALERJ, por exemplo, proporcionaram experiências onde ficou visível que ocupar espaços e lugares de poder é importante e necessário para representatividade e pode servir de estratégia para que as grandes minorias possam ter voz, para que a classe trabalhadora possa ser representada, para que se possa de alguma maneira tentar lutar para construir uma sociedade com menos desigualdade, mais equidade, menos preconceito, menos racista, menos homofóbica. Pessoas como a Deputada Renata Souza, que é uma jornalista, redatora, feminista negra, militante dos direitos humanos eleita à Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro pelo Partido Socialismo e Liberdade em 2018, primeira mulher negra presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da ALERJ, Talíria Petrone Soares que é uma professora, política e ativista brasileira. Exerceu o mandato de vereadora pelo Partido Socialismo e Liberdade na Câmara Municipal de Niterói, tendo sido a mais votada em 2016. Foi eleita deputada federal pelo mesmo partido nas eleições de 2018, Jean Wyllys de Matos Santos é um jornalista, professor universitário e político brasileiro. Filiado ao Partido dos Trabalhadores, é ex-deputado federal pelo Rio de Janeiro e Marielle Francisco da Silva, conhecida como Marielle Franco, Cria da Maré, que foi uma socióloga e política brasileira. Filiada ao Partido Socialismo e Liberdade, elegeu-se vereadora do Rio de Janeiro para a Legislatura 2017-2020, durante a eleição municipal de 2016, com a quinta maior votação. Essas pessoas mostram que ocupar é necessário e também perigoso, pois as opressões e barreiras que se apresentam na disputa por estes espaços podem levar a morte daquele que se coloca contra as estratégias que aumentam as arestas das desigualdades e potencializam sobretudo a morte dos povos originários, negros, moradores das periferias e favelas. O assassinato de Marielle Franco em março de 2018 é um exemplo de que estes espaços estão em disputa e que gente muito perigosa e criminoso, está nesta disputa também. Mostra que a cautela e estratégias de se manter vivos é necessária e urgente. Tão urgente que Conceição Evaristo(2015), traz como uma das principais estratégias de

sobrevivência o combinado coletivo de não morrer apesar do combinado de matar estabelecido entre aqueles pertencentes às classes dominantes, com bases escravocratas.

Outra proposta de atividade de estágio feita pela assistente social, supervisora de campo, coordenadora do Eixo Direito à Segurança Pública e Acesso à Justiça, foi de eu ir para a Audiência Pública (Operações Policiais: Como garantir o Estado Democrático de Direito?) que foi realizada no prédio anexo da Alerj, no dia 28 de Março de 2019. Eu nunca havia entrado no Auditório Nelson Carneiro, Prédio anexo da Alerj e nunca havia participado de uma Audiência Pública. Logo que cheguei, pude perceber o forte esquema de segurança que o local dispõe. Com direito a detector de metais na entrada, na recepção, tive que apresentar meu documento de Identidade, tirar uma foto para o sistema do local, informar que tinha ido para participar da Audiência Pública citada acima e dizer que eu sou estudante da UFRJ e que estava ali para fins acadêmicos.

Após todo este processo, recebi um crachá eletrônico que destravava a roleta para chegar aos elevadores. E ao chegar no andar desejado, assinei uma lista de presença com lacunas para colocar nome, e-mail, a condição de estudante e instituição a qual eu faço a minha graduação. Ao adentrar pela porta do Auditório Nelson Carneiro vi que é um local amplo, confortável, com ar-condicionado, cadeiras acolchoadas e dispõe de tecnologias de som e imagem para dar suporte às atividades que ali acontecem. Na ocasião eu fui pra participar da Primeira Audiência Pública (Operações Policiais: Como garantir o Estado Democrático de Direito?)

A primeira audiência pública da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania, debateu na Assembleia do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) sobre as operações policiais em favelas e periferias e sobre como garantir o estado democrático de direito. Estiveram presentes representantes da Polícia Militar do Rio de Janeiro (PMERJ), Ministério Público (MP), Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos da Defensoria Pública Estadual (NUDEDH), Coordenadoria de Recursos Especiais (CORE), Rede de Movimentos Contra Violência, Fórum Basta de Violência da Maré, sociedade civil e familiares vítimas de violência.

Um dos temas debatidos na audiência foi a independência dos órgãos de perícia da polícia. Naquele contexto, a taxa de resolução de homicídios era em torno de 5% a 10% dos casos investigados. Uma das solicitações da presidenta da

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da Alerj, a deputada Renata Souza (PSOL) foi dar autonomia aos órgãos de perícia, que são subordinados à polícia civil. A Deputada falou na ocasião sobre há sobrecarga de trabalho do IML e o sucateamento do Instituto, mas enfatizou que é necessário ressaltar que estes órgãos são subordinados a polícia civil que é subordinada ao Governador, que na época era Wilson Witzel, que de forma recorrente incentivava confrontos e a execuções de suspeitos.

De acordo com a perita criminal Janaína Matos, da Divisão de Homicídios da Baixada Fluminense, a falta de investimento nas perícias é nociva para todos os envolvidos. “Os investimentos em inteligência policial ao longo dos anos dentro do estado do Rio foram decrescentes, chegando a um patamar de menos de 1%. Não temos, por exemplo, um microscópio de varredura eletrônica, que é um aparelho responsável pelo exame residuográfico, que identifica pólvora. Quando eu digo que uma pessoa estava atirando em mim eu tenho que achar pólvora nas mãos dela, só que hoje temos poucas condições no Rio de fazer esse exame. Hoje a justiça leva mais em conta a prova testemunhal do que os laudos e sabemos que pessoas mentem”, finalizou Matos.

A perita ainda enfatizou a importância do investimento e incentivos na área científica das investigações. A mesma disse, que outros policiais ganham gratificação por causa dos tiros que levam, mas ela não ganha gratificação pela perícia científica. E que esta situação virou motivo de brincadeira entre colegas de trabalho, pois eles dizem que é melhor, mais fácil e mais lucrativo ganhar um tiro, pois ainda recebem incentivo, do que ter que estudar cinco anos para se formar na profissão a qual ela pertence e não receber incentivo algum.

A pesquisadora, professora Jaqueline Muniz, que vem pesquisando desde 95 a atuação, as dificuldades e as possibilidades para que se melhore a capacitação de policiais, visando uma formação técnica e humanizada para a excelência da classe, deu uma verdadeira aula para o coordenador da polícia civil e BOPE que defendeu em seu discurso o uso de helicóptero e caveirão nas operações policiais. O mesmo disse que o uso dessas ferramentas propicia a segurança de policiais e da população. A pesquisadora discordou dele em todos os aspectos dizendo que a vida de policiais e população, mais a população, estão sendo ceifadas todos os dias e que a solução não era o uso da força, mas sim uma formação técnica e humanizada para que a

classe possa conquistar seu lugar de excelência perante esta sociedade tão diversa e suas questões relacionadas à segurança pública.

O Dr Daniel Lozoia iniciou sua fala apontando que nas periferias, em 14 anos os alunos (crianças e adolescentes) perdem 2 anos e meio de aula por conta das incursões policiais e que para amenizar impactos nessas incursões seria necessário dar a devida atenção para as falhas que apresentam as ferramentas utilizadas para transparência e redução de danos. Ele apontou que somente 10% das viaturas possui câmeras e algumas delas em situação irregular. Apontou também a falta do aparato do corpo de bombeiro e ambulâncias. E finalizou dizendo que o controle da atividade policial também diminui a letalidade em policiais, bem como em civis. Logo após o representante do Ministério Público, reconheceu a fragilidade do órgão em fiscalizar para controlar a polícia externamente nas ruas e ressaltou a importância da competência da sociedade civil organizada (associação de moradores, coletivos e outros) para a mudança do grave quadro de violências que afetam a sociedade. E foi questionado pois se o órgão reconhece esta grave falha, mais uma vez a sociedade se sente acuada e ameaçada para denunciar, principalmente moradores de periferias.

Dentre as falas dos participantes desta audiência, a que deixou todos com os olhos cheios de lágrimas e com uma vontade imensa de lutar para mudar tudo, foi a fala da mãe do jovem Marcus Vinicius morto em 20/06/18 em uma operação policial na Maré. Bruna mãe de Marcus foi até a audiência segurando em suas mãos a blusa de escola que seu filho vestia quando foi morto pela polícia a caminho da escola. Bruna apesar de estar dilacerada com a perda do filho, hoje luta para que os culpados sejam responsabilizados e agora compõe o exército de mães que denunciam violações de direitos principalmente de crianças e jovens de periferias e cobram do Estado providências de responsabilização dos culpados pelas mortes de seus filhos e providências emergenciais para que outras crianças e jovens não tenham o mesmo fim dos filhos delas.

A deputada Renata Souza (PSOL) que conduzia a audiência, terminou dando as considerações finais e disse que encaminharia para os órgãos competentes as pautas deliberadas com as devidas conclusões e propostas apresentadas para que o Estado de direito pleno fosse garantido para todos, pois segundo ela não pode continuar a situação de julgamentos e sentenças dadas por policiais, pois não compete a eles esta tarefa, pois sendo policial ou não a lei deve valer para todos e as

abordagens devem ser as mesmas para todos e não diferenciadas e medidas por material bélico, classe, território, raça e outros.

Eu particularmente achei as propostas apresentadas muito relevantes para a diminuir os impactos dessas incursões policiais que estão servindo para o genocídio do povo de periferia, na sua grande maioria negros que ficam com seus corpos estendidos no chão sem direito a defesa. Acho também que tais propostas visam diminuir o tratamento diferenciado apresentado por policiais em suas incursões, pois como podemos constatar na operação que ocorreu no condomínio que residia o atual presidente, onde foram encontrados 117 fuzis que estavam em posse de policiais pertencentes a milícia, não se ouviu nem um tiro e ninguém foi morto por portar tamanha quantidade de material bélico. Esta operação teria este mesmo resultado se fosse em favelas? Será que este resultado se deu, pois, estas pessoas foram presas por colegas de trabalho? Esta audiência foi muito importante, pois ficou claro que tanto policiais como civis estão morrendo aos montes em prol de uma política que foi desenhada para o genocídio do povo preto e favelado com o discurso que estão combatendo o tráfico e a criminalidade, como se estes pertencessem somente a estes territórios ou até mesmo como se fossem oriundos deles, que a nossa polícia é a que mais mata, mas também é a que mais morre e que no meio disso tudo ficam as pessoas em seus cotidianos com seus direitos sendo desrespeitados diariamente.

Outra proposta de atividade de estágio, feita pela supervisão de campo que agregou bastante na experiência de formação foi o curso Usina de Valores, atividade trazida como proposta de formação em direitos humanos, além de trazer profissionais de diversos setores da sociedade, trazendo suas pesquisas e percepções, proporcionou troca de saberes entre pessoas que moram em território de favela e outras periferias. Mostrando a capacidade de organização daqueles que têm seus direitos violados historicamente e com bastante frequência. O Usina de Valores emergiu publicamente em 2018 e está em plena atividade desde então aqui no Rio de Janeiro, trabalhando prioritariamente com formação em Direitos Humanos de uma forma autoral e inédita, tanto em conteúdo, como metodologia. A reafirmação da relevância social da Declaração Universal dos Direitos Humanos, sob uma perspectiva popular, acessível, crítica e conectada as lutas reais e aplicações práticas deles, buscando transversar e conectar grupos e lideranças de diferentes matrizes.

O primeiro encontro do curso registrado em diário de campo apresentado para supervisão acadêmica e supervisão de campo, ocorreu no dia 04 de Maio de

2019, na Casa Voz, Rua Engenheiro Manoel Segurado, 228 – Complexo do Alemão. No primeiro encontro do curso Usina de Valores Rio de Janeiro, foram feitas as apresentações dos alunos que vêm de diversas áreas do Rio de Janeiro. Destes pude observar em suas apresentações que todos têm em comum a insatisfação com as violações de direitos básicos as quais sofrem e vêm outros de seu território sofrer e resolveram fazer o curso para trocar experiências de suas vivências e partindo da análise das mesmas, confrontadas com a bagagem oferecida pelo curso, possam de alguma forma contribuir na luta pela reafirmação da relevância social da Declaração dos Direitos Humanos e com isso mudar sua realidade.

Foram feitas as apresentações dos parceiros locais (Instituto Raízes em Movimento e Grupo Papo Reto) e especialistas de diversas áreas do conhecimento que absorveram o projeto com o intuito de alavancar, potencializar e desenvolver estratégias que possibilitem provocar uma discussão sobre os Direitos Humanos garantidos pela Constituição. Uma discussão ampla e crítica, pois o que se constata através de denúncias de moradores principalmente de periferias, é que os mesmos estão sendo excluídos em seus cotidianos, a fim de experimentar direitos básicos garantidos em Constituição.

O Coordenador Nacional do Instituto Raízes em Movimento, o Mestrando em Sociologia Alan, nascido no Complexo do Alemão, que desde Outubro de 2018 está como Coordenador do projeto e que está realizando um trabalho de pesquisa, com indicadores e cidadania com o intuito de promover ações com os jovens, foi o primeiro a se apresentar e disse que o projeto Usina de Valores tem por objetivo potencializar a todos para o fortalecimento na luta contra violências históricas reproduzidas no Brasil, essencialmente relacionadas as questões de raça, gênero e território. E disse também que para a construção de um debate mais amplo para além do território do Complexo do Alemão, chamou para o cargo de Educadora, cargo que era dele antes dele entrar para a coordenação, a Assistente Social Deise Pimenta, que está na Pós graduação no Núcleo de Políticas Sociais e Direitos Humanos e moradora da Baixada Fluminense, conseguindo assim espriar a seleção dos participantes não somente para moradores do Centro e Zona Norte, mas também para os moradores da Baixada, conseguindo assim abranger um debate mais amplo com visões mais amplas.

Deise Pimenta trouxe 7 aulas girando em torno de valores que é como o grupo se orienta, com eixos sobre Direitos Humanos, com cortes de raça, gênero e território,

trazendo à tona como é caro a circulação na cidade e tendo como pano de fundo os Direitos Humanos.

A metodologia foi a da construção coletiva a partir da Cartografia Social numa perspectiva crítica sobre os Direitos Humanos no Rio de Janeiro, principalmente no que diz respeito à parte de saneamento básico e mobilidade. Foi costurada com a contribuição de Fransérgio Goulart, que se apresentou como membro ativo do Fórum da Juventude do Rio de Janeiro. Fransérgio contribui com a temática da Cartografia Social (Estudo do Espaço), com as seguintes questões: Quem faz e o que é a Cartografia Social? Quem produz conhecimento? Para a partir disso pensarmos nas construções de ações a partir do território que saímos cada um de nós.

A Professora de Direitos Humanos Maria Helena, trouxe críticas aos Direitos Humanos no que se refere a não absorção de tanta diversidade. Ela disse que os Direitos Humanos negam a diversidade. Que é preciso desconstruir a ideia de Direitos Humanos como a conhecemos e pensar como podemos modificar discutindo a normatividade, tratados e decretos. Ela diz que os Direitos Humanos devem acompanhar as denúncias da sociedade. Maria Helena colocou que em 1948 o mundo precisava de uma nova plataforma(Utopia), uma nova “moralidade”. Que o discurso era de que precisávamos de um mínimo de respeito uns pelos outros. Ela afirmou que os discursos hoje são diversos para justificar diversas situações. Que é importante analisar cada discurso, pois são usados de acordo com interesses. Que o grande motivo pelo qual devemos discutir os Direitos Humanos são as injustiças e exclusões. Que os Direitos Humanos só tem sentido se formos solidários com as questões dos outros e não somente com as nossas questões. Que a solidariedade internacional é muito importante para ajudar na cobrança dos Direitos Humanos. Que o Estado é o principal ator que trabalha com os Direitos Humanos e que estes se transformam em relação de poder e força. Ela deu exemplo de como os Direitos Humanos são poderosos e de como grandes potências como os EUA usam os Direitos Humanos para intervir em outros países.

Maria Helena trouxe para discussão a ideia da Universalidade dos Direitos Humanos, que diz que os Direitos Humanos são para todos e ela propõe que os Direitos Humanos sejam usados para a criação de Políticas Públicas de Estado e que as mesmas não possam ser modificadas de um governo para outro.

Maria Helena trouxe à tona a discussão sobre os ataques que os Direitos Humanos vêm sofrendo no Brasil e no mundo. Que o enfrentamento contra os Direitos Humanos está global. Que podemos constatar os ataques aos Direitos Humanos analisando os processos de desmonte do mesmo, principalmente nas suas normativas. Que podemos constatar os ataques analisando os discursos públicos de senso comum, que negam a importância dos Direitos Humanos mesmo à beira de um colapso. Que o discurso Ideológico de que os Direitos Humanos são para pessoas de “bem”, são usados para fragilizar, desconstruir e redefinir os Direitos Humanos. E que os Direitos Humanos estariam justificando nesse discurso a proteção da propriedade privada e que para tal proteção, justifica-se o armamento de proprietários e que este processo está sendo facilitado, pois os espaços de discussão sobre o assunto estão muito militarizados, inclusive os dos Direitos humanos que tem 41% de militarização.

Renata, moradora do Complexo do Alemão, está representando a Lana que também é moradora e representa o Grupo Papo Reto. Que surgiu em 2013 com oito pessoas que se mobilizaram em prol de famílias atingidas por fortes chuvas e desabamentos no Alemão. Mas o grupo foi muito além disso e hoje chama a atenção de outras comunidades e do mundo inteiro, pois se tornou uma poderosa ferramenta virtual de divulgação de demandas e denúncias da comunidade dando voz aos moradores. Renata diz ter pavor da arrogância acadêmica e que se fosse fazer faculdade, seria apenas para pegar as horas necessárias para a formação, pois ela já é formada na escola da vida, pois carrega consigo a vivência da favela e isso muitos não tem.

A UFRJ vem contribuir como parceira estratégica, numa identificação conjunta e para isso tem agora como parceiro o Coordenador do Mestrado de Estudos De Políticas Públicas da UFRJ.

Foi distribuído na ocasião o livro “Jesus e os Direitos Humanos” para a discussão dos Direitos Humanos dentro da religiosidade.

O curso antes era realizado num espaço amplo e bem estruturado chamado Casa Voz, que funcionava em um apartamento com a função de jornal da comunidade. Nesta edição o curso já era ministrado em uma casa mais ampla. Esta casa com mais estrutura, hoje comporta o jornal e recebe palestrantes, cursos e projetos.

Eu particularmente me senti extremamente acolhida pelo projeto tanto pela estrutura do ambiente que foi realizado o curso, que é um ambiente amplo, acolhedor e extremamente ativo com projetos diversos.

Os direitos das pessoas que vivem na favela são violados pelo Estado todos os dias. Pude perceber em todas as apresentações dos alunos do curso, que todos estão incomodados com suas realidades, com muito medo das ações truculentas, autoritárias, preconceituosas e machistas que partem do governo e que todos nós estamos em busca de soluções para enfrentar todos estes atravessamentos que confrontam os nossos cotidianos em nossos territórios.

A experiência de estágio neste campo é de muito aprendizado e de muitos desafios também. Com oportunidades de acompanhar atividades com a supervisora de campo de forma presencial, mas com a chegada da pandemia do Covid-19 essa dinâmica durante este período não pode ser como deveria ser, de forma empírica. O aprendizado mais completo, mais próximo da realidade cotidiana, que permite observar e extrair dados que somente é possível fazer de forma presencial, tendo contato direto com a realidade e com a troca dos saberes pautados na interdisciplinaridade no acolhimento sociojurídico. O aprendizado continuou sendo readequado e outras formas de adquirir e produzir conhecimento se tornaram aliadas e necessárias para o processo de formação contínuo e qualificado.

Desde que a pandemia chegou, a Redes precisou pensar em uma saída para continuar a acolher as demandas que chegavam no atendimento presencial do “Maré de Direitos”. Pensar em um jeito de continuar acolhendo. Toda a equipe, continuou seguindo protocolos pensados e construídos estrategicamente, pautados em ciência e com respaldo técnico de profissionais da área da saúde, para que toda a equipe pudesse ser monitorada, para diminuir as chances de contágio e proliferação Covid-19 entre a equipe, mas sem deixar que os projetos parassem, pois parar nunca foi uma opção, pois o território nunca parou e as demandas por serviços e políticas que possam atender às reais necessidades do território e das pessoas que vivem nele, ficaram mais precários ou extintos. E os que se fazem presente, muitas vezes violam direitos e matam, como o exemplo da política de segurança pública que potencializou confrontos armados e mortes, sobretudo em território de favela conforme dados do INSP, de Ongs e outros órgãos e instituições

competentes. O racismo estrutural se materializou de forma mais contundente para os territórios de favela e na Maré não foi diferente.

Estatísticas que vão encontro com os pensamentos de Joseph Achille Mbembe, mostram que os corpos das Favelas são corpos matáveis que não são pessoas detentoras de direitos como outras pessoas de outras partes da cidade do Rio de Janeiro. A Necropolítica sendo usada para decidir quem deve morrer e como deve morrer.

3.3 - O Projeto “Maré de Direitos” e A avaliação do processo da “Consulta” 2021

O “Maré de Direitos” é um projeto inserido dentro do Eixo de Segurança e Acesso à Justiça. O objetivo deste projeto é garantir e ampliar o acesso dos moradores do território da Maré aos seus direitos e interferir nas práticas sociais que insistem em dificultar o acesso à justiça. A equipe de acolhimento do “Maré de Direitos” é composta por advogadas, assistentes sociais e psicólogas. Essa equipe faz acolhimento sociojurídico em cinco espaços diferentes dentro do território. A partir dos desdobramentos dos atendimentos, são feitos os encaminhamentos cabíveis a cada situação. Dependendo da demanda, os assistidos podem ser encaminhados para acessar equipamentos e instituições tais como clínicas da família, CRAS, defensoria pública e etc...No final de cada atendimento, os assistidos são orientados para que se necessário, retorne ao atendimento do MDD, pois há casos que por diversos motivos os assistidos não conseguem resolver as demandas ou há casos que para findar a demanda é necessário resolver por etapas, pois dependem de outros equipamentos para concretizar. Caso o assistido sinta a necessidade de um novo atendimento, a equipe orienta a procurar os atendimentos que são realizados às sextas-feiras de 09:00 às 13:00 na Sede da Redes, na Nova Holanda, às quintas-feiras de 14:00 às 17:00 no polo da Redes, no Pinheiro. Essa dinâmica de retorno dos usuários do serviço, permite que a equipe identifique novas demandas e identifique casos que estão retornando sem terem sido solucionados.

Para identificar o motivo pelo qual não foram solucionados. Para monitorar e avaliar os atendimentos do “Maré de Direitos” de forma que possibilite um planejamento que consiga potencializar a melhoria do serviço e conseqüentemente potencializar o acesso dos moradores da Maré aos seus direitos, com o máximo de

eficácia e respeito possível, desde 2016 a equipe se utiliza da “Consulta”.

A “Consulta” consiste em contato com os assistidos para consultar os resultados das orientações e encaminhamentos feitos. Esse processo ajuda a traçar estratégias que possibilitem resultados mais satisfatórios aumentando o número de casos solucionados, diminuindo a fila de atendimento com casos reincidentes e dando mais possibilidade para casos de primeiro atendimento. A “Consulta” fortalece o trabalho que é desenvolvido pelo “Maré de Direitos”, pois os resultados, abrem a possibilidade para a equipe fazer uma autoavaliação do trabalho desenvolvido com os assistidos, avaliar se a Rede de apoio construída com parceiros, se esta rede está funcionando e sendo eficaz para solucionar as demandas encaminhadas e abre a possibilidade da reafirmação da importância do acolhimento feito pela Redes da Maré, que é um acolhimento sobretudo técnico, humanizado, de qualidade, que vem muito do resultado do trabalho que envolve uma equipe multidisciplinar que pratica a intersetorialidade em cada movimento que faz para sobretudo garantir aos moradores do território, o acesso aos seus direitos e acesso à Justiça.

Mesmo no contexto da pandemia, a equipe do “Maré de Direitos” continuou realizando acolhimento, seguindo os protocolos e medidas de segurança sanitárias, orientadas pelos principais órgãos da área da saúde. A equipe trabalhou nesse período com redução da carga horária de técnicos, diminui o fluxo de pessoas dentro dos mesmos espaços, reduziu o fluxo dos atendimentos, todos fazendo testes periodicamente, de dez em dez dias, os estagiários com atividades presenciais e remotas, todos usando máscaras, higienizando as mãos frequentemente com água, sabão e álcool em gel. Nesse período, foi disponibilizado para as pessoas que precisam do atendimento, máscaras e álcool em gel. Além de atendimento presencial em casos muito urgentes, as pessoas passaram a contar com atendimentos virtuais através da plataforma do INFOBIP, onde as técnicas através do número do whatsapp do “Maré de Direitos” começaram a orientar e encaminhar neste formato.

O perfil identificado dos assistidos pelo “Maré de Direitos” vai em conformidade com o Censo da Maré publicado em 2019. Na sua grande maioria, são pessoas de baixa renda, negras, mulheres que são chefes de suas famílias e trabalhadores em busca de informações sobre seus direitos. Moradores que constantemente têm seus direitos violados, sobretudo o direito ao acesso à Justiça, maioria dos encaminhamentos são para acessar equipamentos tais como clínicas

da família, CRAS, defensoria pública e um grande número de pessoas em busca de alimento.

Analisando o banco de dados, a equipe percebeu que no ano de 2020 houve um crescimento muito considerável no número de pessoas que acessaram a Redes através do atendimento do “Maré de Direitos”. No ano de 2020, foram 1856 pessoas, em 2021 foram 1362 pessoas. Comparando com o ano de 2019 que somou 639 pessoas, a equipe analisou que este crescimento veio muito por conta da ferramenta do INFOBIP que abriu a possibilidade de contato e atendimento online com as técnicas, através dessa plataforma. Outro fator que pode estar atrelado ao crescimento do número de pessoas que adentraram a Redes através do “Maré de Direitos”, segundo a equipe, foi a procura por alimentos, pois com a chegada da pandemia, muitas pessoas tiveram sua renda diminuída ou até mesmo zerada. O cenário desesperador, com muitas dúvidas e incertezas, pode ter refletido no quantitativo crescente de pessoas que foram atendidas. Dos 1362 atendimentos de 2021, 468 pessoas ingressaram e foram acolhidas pela equipe sociojurídica, representando 74% dos atendimentos do “Maré de Direitos”. Destes, 383 eram mulheres, representando 82% das pessoas que ingressaram e foram acolhidas pela equipe sociojurídica.

A pandemia fez com que quase todas as atividades da Redes da Maré se direcionassem para ações emergenciais, como o De Olho no Corona, para amenizar os impactos da pandemia no território. Segundo dados do Conexão Saúde-De Olho no Corona, os casos de Covid no território da Maré estão bem altos e uma grave crise de falta de alimento, falta de produtos de higiene e falta de outras necessidades estão massacrando as pessoas do território. Atualmente a Redes da Maré está na segunda campanha Maré Diz Não ao Coronavírus e todo esse contexto demanda uma mobilização constante de todas as equipes. É nesse contexto que a ação do “Consulta” 2021, foi planejada para identificar se os encaminhamentos feitos no atendimento do “Maré de Direitos” solucionaram as demandas dos assistidos e se não foram solucionados, identificar o motivo. Mas por conta das emergências do território e o grande volume de pessoas que procurou o atendimento do “Maré de Direitos”, sobretudo a procura de alimentos, o “Consulta” foi iniciado, mas não foi concluído por muitas dificuldades, por diversas razões tais como: Isolamento, falta de recursos dos assistidos para comunicação, ajustes de protocolos, ações de mobilização no território de combate ao covid-19 e os impactos sociais que se

agravaram com a chegada da pandemia.

Para realizar a ação “Consulta”, a supervisão e mais três estagiários, chegaram a fazer reunião no mês de abril para definir como seria o instrumento utilizado para coletar os dados. Entre a correria das demandas emergenciais do território, a construção dele, demandou dois meses para ser preparado e socializado com os envolvidos na atividade. No início de junho, foi realizada outra reunião para que fosse alinhado o uso da ferramenta e para o começo dos contatos. E foi discutido, se os integrantes da equipe fariam os contatos cada um da sua casa ou se poderia ser feito em algum espaço da Redes da Maré. Como o cenário de contágio e mortes no Rio de Janeiro ainda estava bem alto, a vacinação ainda estava muito atrasada, grande parte da equipe ainda não havia se vacinado, e várias reformulações estavam acontecendo no âmbito do projeto “Maré de Direitos”. Os contatos seriam feitos remotamente de casa. E isso ajudaria a diminuir as despesas para a realização da “Consulta” uma vez que os recursos utilizados seriam os recursos disponíveis no âmbito de nossas residências, utilizando nossos próprios telefones, internet e computador. Mas por outro lado os mesmos recursos que diminuiria as despesas, foram os mesmos que se somaram a outras impossibilidades e também ajudaram a impossibilitar a realização da “Consulta”, pois os integrantes da equipe, sobretudo aqueles que moram em periferia ou território de favela, tiveram muitos problemas com os serviços de telefone e internet prestados. Em alguns casos, houve relato de muita oscilação dos serviços e até mesmo interrupção completa sem data para conserto, pois segundo informações fornecidas pelas próprias prestadoras de serviço, não seria possível o conserto por considerarem tais áreas como áreas de risco. Mais uma vez a política de segurança pública atravessando o cotidiano da favela onerando o morador, potencializada com as narrativas impostas pelas grandes mídias.

A equipe não conseguiu executar toda “Consulta” no prazo programado que seria no início de junho por conta das ações emergenciais do território, que triplicaram com o surgimento da pandemia do Covid-19, que escancarou e trouxe à luz uma desigualdade perversa e cruel que já existia, mas foi potencializada desde que a pandemia chegou. A professora Ivanete Boschetti trouxe essa reflexão de potencialidade das desigualdades pré-existentes, na live transmitida pelo canal do youtube da escola de serviço social da UFRJ, do dia 9 de abril de 2020. A mesma trouxe na live a política social no contexto de pandemia do covid 19. Onde a fome e

a incerteza de se manter vivos provocaram medo nos moradores da Maré que se reinventam todos os dias estrategicamente para sobreviver e lutar por uma qualidade de vida melhor, com menos violência, menos violações de direitos, sobretudo resultado de ações por parte do Estado. No meio desse processo, segundo dados do “De Olho no Corona” que faz parte da campanha “Maré diz não ao Coronavírus” mais de 20.000 famílias foram atendidas com a entrega de cestas de alimentos e kits de higiene pessoal e de limpeza no ano de 2020 e 5.000 no ano de 2021. Segundo publicação 40 do Conexão Saúde-De Olho no Corona, a Maré teve registro de 6.959 casos de Covid-19(pessoas infectadas) e 331 óbitos em decorrência do Covid-19 desde o início da pandemia.



Imagem 1: Extraída do boletim 40 - CONEXÃO SAÚDE - DE OLHO NO CORONA.
p.10

Segundo os dados do Boletim Direito à Segurança Pública na Maré(Edição Especial), no primeiro semestre de 2021, foram registrados 7 operações policiais, representando queda de 41% no número de operações em relação ao primeiro semestre de 2020.

IMPACTO DAS OPERAÇÕES POLICIAIS NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2016 A 2021

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	TOTAL
Operações Policiais	15	20	09	23	12	07	86
Mortes	05	15	10	15	05	08	58
Dias sem aula	13	15	05	09	03	01	49
Dias sem atendimento nas unidades de saúde	07	19	06	10	06	07	55

ACP NA MARÉ
ADPF E PROIBIÇÃO DAS OPERAÇÕES

Imagem 2: Extraída do Boletim DIREITO A SEGURANÇA PÚBLICA NA MARÉ(EDIÇÃO ESPECIAL). p.1

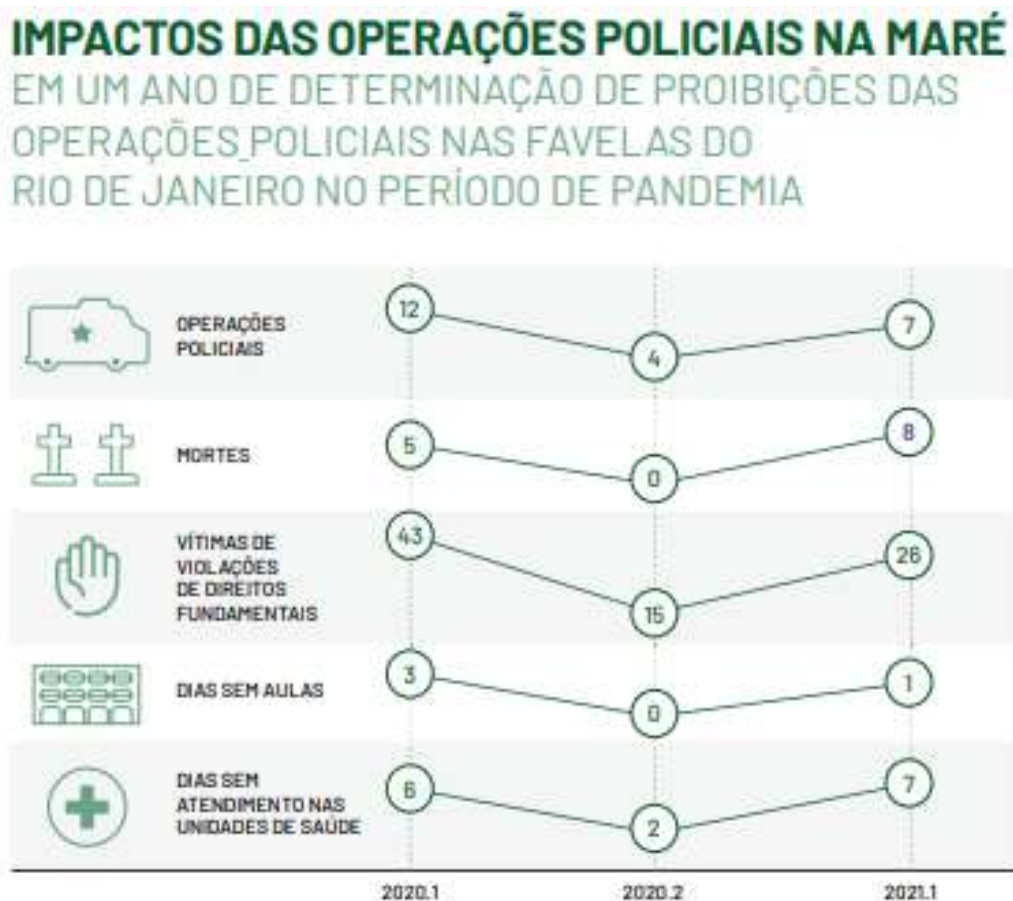


Imagem 3: Extraída do Boletim DIREITO A SEGURANÇA PÚBLICA NA

Ainda segundo esse boletim, 26 pessoas foram vítimas de violações de direitos fundamentais, foi registrado 8 mortes em decorrência de intervenção policial, sinalizando que o primeiro semestre de 2021 acumulou mais mortes do que todo o ano de 2020. Estima-se que mais de 800 doses de vacina contra Covid-19 deixaram de ser aplicadas, pois os equipamentos de saúde tiveram que interromper suas atividades por causa das operações policiais. De 2016 até 2021, somando somente o primeiro semestre de cada ano, a Maré contabilizou 86 operações policiais, 58 mortes, 49 dias sem aula e 55 dias sem atendimento nas unidades de saúde. No meio do processo de contatos com os assistidos, a equipe se desdobrava entre as inúmeras ações estratégicas tanto para minimizar o impacto das violências e violações de direitos, como para tentar amenizar o impacto trazido pela pandemia do Covid-19 no território. Uma das ações mais importantes nesse contexto e que a equipe toda também se voltou totalmente para a ação, foi a campanha “Vacina Maré” que vacinou mais de 36.000 pessoas com pelo menos a primeira dose entre os dias 29 de Julho e 3 de Agosto de 2021. O processo de pré cadastramento para vacinar, trouxe dados importantíssimos para incidência na política de saúde, pois os dados mostraram que havia uma grande parcela que não era acompanhado pelas unidades de atenção básica e que grande parcela dessas pessoas são homens, sobretudo homens negros. As mulheres são as que mais utilizam a atenção primária. Sem dúvidas o avanço na vacinação no território da Maré trouxe diversos benefícios para o território e um deles é a proteção contra as formas mais graves que o vírus da Covid-19 pode acometer uma pessoa e outras variantes que surgiram durante a pandemia.

Com todos esses movimentos acontecendo simultaneamente, a equipe teve que prorrogar o prazo de entrega do relatório da “Consulta” completo para que fosse identificado os impactos do atendimento do “Maré de Direitos” na viabilização do acesso a instituições públicas e de acesso à justiça na Maré no período de Janeiro a Junho de 2021.

Uma análise feita no banco de dados que mostra cadastros de pessoas que procuraram a Redes da Maré através do INFOBIP(whatsApp do “Maré de Direitos”)

e do atendimento presencial, os dados mostraram que houve um aumento muito expressivo de pessoas que acessaram o atendimento com diversas demandas diferentes, sobretudo as que foram citadas acima. O número de pessoas triplicou durante a pandemia e a equipe precisou avaliar as possibilidades e estratégias para que os casos acolhidos pelo “Maré de Direitos” não virassem casos para acompanhamento eterno, ou seja, a equipe precisou impor um limite para acompanhamento e decidiu que a partir do momento que o assistido consegue acessar serviços e políticas através dos encaminhamentos, que esses casos a partir do acesso já não precisam mais de acompanhamento ou em caso de retorno devido às impossibilidades impostas sobretudo nos encaminhamentos feitos aos assistidos que retornam sem conseguir solucionar sua demanda e que estes fossem passíveis de serem acompanhados mais de perto pela equipe para verificar empecilhos e possibilidades. Ou caso necessário, serem encaminhados para judicializar através da defensoria pública.

O trabalho do Serviço Social inserido no projeto “Maré de Direitos” na atualidade, bem como inseridos nos diversos espaços de intervenção, tem como um dos seus eixos do seu projeto profissional, a atuação que busca possibilidades para a concretude do acesso aos direitos e políticas públicas da população usuária de seus serviços, sobretudo direito à garantia da vida com mais qualidade de vida. Pois o Estado se apresenta no território de forma ineficaz e de forma precária,

São fundamentais na atuação do assistente social, a justiça social, a cidadania, a democracia, a liberdade e a não discriminação. Esses aspectos constam no código de ética profissional do assistente social e compõe o conjunto de princípios fundamentais do exercício profissional, que por sua vez vão em conformidade com a lei que regulamenta a profissão e vão em conformidade também com o conteúdo da formação estabelecido pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social(ABEPSS)para o currículo vigente. Ou seja, tais aspectos da atuação do assistente social são inerentes ao exercício profissional. São aspectos ou normas que devem se concretizar nas ações coletivas, na realidade cotidiana, nas relações de trabalho estabelecidas nos diversos espaços de intervenção. Dessa forma, segue conforme o Código de ética do/a Assistente Social(Lei 8662/93) e Constituição Federal de 1988 art 5º para respaldar os direitos dos moradores do território da Maré e do próprio território em si.

A Maré cresce e a cada dia que passa, vai se consolidando como um espaço de resistência e luta pela efetivação de direitos. Em meio a tantos desafios, uma das ações feitas pelo “Maré de Direitos” vem ganhando destaque como ferramenta importante para potencializar o acesso dos moradores aos seus direitos. A parceria com a Defensoria Pública que vem se construindo e materializando no território, possibilitou através do Defensoria em Ação, o encerramento de acompanhamento de muitos assistidos, pois após os assistidos terem conseguido acessar a justiça, muitos casos foram solucionados e não retornaram. E outros a própria defensoria passará a acompanhar.

3.4- Defensoria em ação

A Redes da Maré pensando em mais um instrumento para potencializar essa efetivação de direitos para os moradores do território, pensou com muita estratégia em uma parceria público e privado, Defensoria Pública e Redes da Maré. Essa parceria, possibilitaria deixar o morador com um contato mais próximo ao acesso aos seus direitos negados, através da Defensoria Pública, se utilizando do projeto “Maré de Direitos” como porta de entrada. O morador não precisa ir até a Defensoria, e sim a instituição que foi inserida dentro da favela. E assim nasce o Defensoria em ação.

A ação iniciou em 2019, em formato presencial, porta aberta, através de encaminhamento feito no atendimento do MDD, com a proposta de atendimentos mensais ao morador da Maré, visando a possibilidade de ingressar com ações judiciais ampliando as perspectivas de acesso ao sistema de justiça. A ação social foi reestruturada durante a pandemia de Covid-19, que por questões de segurança, seguindo os protocolos dos principais órgãos de saúde, aderiu ao formato remoto, no modelo de atendimentos a distância em setembro de 2020 e permaneceu nessa metodologia até Outubro de 2021.

Para que a ação Defensoria Pública em Ação da Maré aconteça, seguimos um protocolo de reuniões de equipe onde as tarefas são divididas e alinhamentos são feitos para o dia da ação. São realizadas duas reuniões em dias que antecedem a ação. Uma reunião com a equipe da Redes da Maré, para divisão do trabalho de contato, coleta de informações, coleta de documentos, agendamento dos assistidos nos horários disponibilizados, são definidos e alinhados os protocolos de logística e

estrutura para o dia da ação e tirar dúvidas. No total são 48 pré-agendamentos encaminhados pela equipe técnica do “Maré de Direitos”, seja através do atendimento presencial ou através do INFOBIP. São três listagens, cada uma com 16 pré-agendamentos, que são divididas da seguinte forma: 16 Penal(Nova Holanda e Vila dos Pinheiros), 16 Cível Nova Holanda e 16 Cível Vila dos Pinheiros, que são confirmados ou não durante o processo de trabalho. Essa divisão é estratégica para conseguir acolher moradores de diferentes favelas. Alguns moradores não conseguem circular entre as favelas por divisões territoriais feitas por grupos armados civis, outros por dificuldades de locomoção em virtude de problemas de saúde ou deficiência física. Em caso de não se ter os documentos necessários para ingressar com ação ou documentos e informações necessárias para fazer uma consulta processual, o assistido é retirado da listagem e substituído por outro assistido que compõem uma lista de espera. Havendo a possibilidade de conseguir reunir documentação para uma próxima ação, o assistido é reagendado para a ação seguinte.

A outra reunião, é realizada com a equipe da Redes e a equipe da defensoria envolvida na ação. Nessa reunião são definidos e alinhados os protocolos de logística e estrutura para o dia da ação, alguns casos específicos de assistidos são analisados por ambos os grupos participantes que colocam suas observações e pontuam possibilidades e limites. A Redes, respaldada em análise técnica, vê em algumas situações, a necessidade de mediar a relação da Defensoria com o morador de forma a explicitar as estratégias possíveis e alcançáveis pela equipe para derrubar as barreiras que possam estar impedindo o acesso à justiça. Em algumas situações, é preciso fazer uma busca ativa, indo ao encontro do assistido para entender melhor sua demanda, para verificar as possibilidades. A Redes faz um movimento crítico às impossibilidades historicamente impostas por instituições como a própria defensoria pública, que muitas das vezes não faz o movimento de conhecer as especificidades do território e a própria realidade do público que atende, dificultando o acesso aos direitos e à justiça.

Durante os processos de trabalho a equipe se desdobra em outras frentes de trabalho e as situações emergenciais sobretudo trazidas pelas violações por parte do estado e trazidas pela pandemia. No dia 06/05/2021 estávamos em pleno processo de contato com os assistidos da defensoria para solicitar informações e

documentação necessárias para agendá-los para o atendimento com Defensores Públicos, que ocorreu na ação do dia 15/05. Eu fiquei responsável pela listagem da parte Penal dos Polos do Pinheiro e Nova Holanda. Os casos que solicitei documentação, eram casos de consulta de processo penal para verificar o andamento de processos, solicitação de VPL(Visita Periódica ao Lar), solicitação de extinção de processo e outras consultas para verificar possibilidades existentes para solucionar demandas e verificar quais são as possibilidades para cada caso. Durante a atividade, comecei a receber em meu telefone diversas informações de que estava acontecendo uma operação na Favela do Jacarezinho que fica na zona Norte do Rio de Janeiro. Onde a Polícia Civil realizou uma operação que durou aproximadamente 9 horas. A Equipe do Eixo de Segurança Pública começou a compartilhar as notícias que ia chegando para cada um e a cada mensagem, todos iam ficando chocados com a quantidade de pessoas que foram executadas na ação. A cada mensagem trocada, percebemos a crueldade com que os moradores daquele território foram tratados pelo Estado mais uma vez. Várias violações de direitos, 25 corpos espalhados por toda a Favela e sangue para todos os lados. Todos nós da equipe sentimos muito aquele acontecimento, aquelas dores, pois nós o tempo todo temos contato com essas violências tão perversas por parte do Estado e estamos o tempo inteiro lutando para que os moradores do território da Maré possam tentar experimentar seus direitos, sobretudo o direito à vida. Ficamos perplexos com a coletiva da polícia civil, que pareceu ter se apropriado e distorcido as narrativas construídas para tentar diminuir os impactos de operações nas Favelas. Narrativas que foram construídas por causa de muita dor e sofrimento que a população de Favela passa, sobretudo as mulheres, que são na sua grande maioria as chefes de suas famílias, as mães, tias, amigas de alguém que morreu pela violência armada que é naturalizada nesses territórios.

O racismo é estrutural em nossa sociedade. E esse racismo faz com que as instituições e setores dessa sociedade, bem como os discursos que os representantes do governo, sobretudo o atual, naturalizem esse tipo de violência nos territórios de Favela. Os números crescentes de pessoas mortas pelas forças de segurança vão ao encontro com os pensamentos de Joseph Achille Mbembe que diz que O Capital, com o modelo neoliberal, torna-se insaciável no seu projeto de destruição da vida.

Constrói-se um Estado Policial/Punitivista/Exterminador. Criam-se “mundos de morte”, “formas contemporâneas que subjagam a vida ao poder da morte – necropolítica” (Achille Mbembe).

Os corpos das Favelas são corpos matáveis que não são pessoas detentoras de direitos como outras pessoas de outras partes da cidade do Rio de Janeiro. A Necropolítica sendo usada para decidir quem deve morrer e como deve morrer. Os noticiários internacionais noticiaram que esta operação, foi a operação mais letal da história do Rio de Janeiro. Eu terminei minha tarefa de estágio corroborando com o pensamento que Silvio Almeida postou no seu Twitter”O ocorrido após o massacre em Jacarezinho não foi uma entrevista coletiva, mas um ato de afirmação de poder por parte da polícia civil. Um poder que, fique claro, não se submete a nenhuma lei e que desconhece a Constituição”, pois o braço armado do Estado está sem limites para matar, pois debocham até da decisão do Supremo Tribunal Federal, que deu decisão favorável para ADPF das Favelas, sendo assim, não podem ocorrer operações neste período da pandemia, apenas em casos excepcionais. Mas segundo o policial que falava na coletiva, precisa ser discutido essa excepcionalidade, ou seja, enquanto isso os braços armados vão continuar exterminando em nome do combate às drogas.

Nos períodos mais críticos da pandemia, foi adotado como metodologia, o contato com os assistidos encaminhados através dos acolhimentos do INFOBIP, uma plataforma onde a equipe do sociojurídico faz acolhimento remoto e se for passivo de passar pelo atendimento na ação do Defensoria, o assistido entra na lista de pré agendamentos para o dia da ação. O contato feito pelo whatsapp é um contato para acolhimento e coleta de documentos para que o atendimento no dia da ação, já esteja adiantado pela Defensora, que antecipadamente tem acesso às pastas do Drive e podem adiantar, por exemplo, as iniciais. Assim o atendimento no dia da ação, não costuma demorar entre um e outro e isso torna possível um atendimento em quantidade de assistidos e qualidade no atendimento.

Um dos grandes desafios encontrado no modelo à distância, foi justamente o contato com os assistidos presencialmente, pois o acolhimento presencial permite um acolhimento mais humanizado e permite através de observação e escuta qualificada, dar diagnósticos mais precisos e isso faz o acolhimento ser mais completo e as possibilidades de estratégias para atender as demandas apresentadas

umentam. A dificuldade de se comunicar com os assistidos por diversos fatores, desde problemas de internet, falta ou interrupção do mesmo, não acesso a aparelho de telefone e outros problemas, foi solucionado com a estratégia da busca ativa, onde a equipe da Redes da Maré vai até o assistido para entender suas dificuldades e demandas para acessar o Defensoria.

Em novembro de 2021, acompanhando os dados oficiais dos órgãos competentes, OMS, Ministério da Saúde, campanhas de vacinação e 98% população vacinada com 1ª e 2ª dose, dados divulgados pelo de “Olho no Corona”, que mostravam uma queda de mortos e um aumento no número de vacinados, sobretudo na Maré, o atendimento presencial voltou com os Defensores no território fazendo os atendimentos presenciais seguindo todos os protocolos sanitários. Com distanciamento, todos utilizando máscaras, fazendo constantemente higienização das mãos, os alimentos disponibilizados pela Redes da Maré para o dia da ação, todos devidamente embalados para diminuir as possibilidades de contágio da equipe do Defensoria.

A ação baseia-se em uma metodologia de atendimentos presenciais por parte dos defensores públicos, uma vez ao mês, ofertados aos moradores da Maré. O encontro é mediado pela equipe técnica da Redes da Maré, com a finalidade de propor ações judiciais com temáticas de Direito de família, do Direito civil e consumidor, além de orientações e consultas referentes ao Direito penal. Cabe ressaltar que no ano de 2021, foram realizados 1237 atendimentos no projeto Maré de direitos, encaminhados a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro na Maré, através do Defensoria em Ação.

A porta de entrada para ser atendido no Defensoria, nesse momento de flexibilização das medidas restritivas são os atendimentos sociojurídicos que são realizados por advogadas e assistentes sociais, nos equipamentos das Redes da Maré localizados na Lona Cultural da Nova Maré, Sede da Redes da Maré em Nova Holanda, Casa das mulheres no Parque União, Marcílio Dias, e no Prédio da Redes anexo ao CIEP Gustavo Capanema na Vila dos Pinheiros e também pelo INFOBIP. Os moradores comparecem ao atendimento e as questões que possam resultar em ações judiciais são encaminhadas à DPE para ingresso na justiça para solução do litígio ou encaminhadas para os órgãos competentes quando não são de competência da justiça estadual.

No dia do atendimento, a equipe do Defensora da Redes da Maré se divide entre os polos da Redes da Maré de Nova Holanda e da Vila dos Pinheiros. Uma advogada e uma assistente social ficam responsáveis por mediar entre moradores e defensores. Os estagiários de Serviço Social e do Direito além de participar de todo o processo de acolhimento e coleta de dados e documentos dos assistidos no período que antecede a ação, ficam também a disposição para auxiliar na parte de mobilidade dos defensores no território, bem como mais especificamente no caso do serviço social, fica o estagiário na atribuição de acolher os assistidos e acolher demandas que possam ser identificadas nessa recepção de acolhimento que se utiliza da observação e escuta qualificada.

A Defensoria em Ação busca em longo prazo demonstrar ao setor público que existe uma demanda e uma carência de acesso às instituições públicas e que o complexo da Maré, pelas proporções territoriais. E através dos dados apresentados pela equipe do Defensoria da Redes da Maré, mostra a grande necessidade de se ter um Núcleo da Defensoria para atendimento das demandas de seus moradores. O projeto funciona de forma autônoma e se divulga por si mesmo, uma vez que a demanda se inicia de maneira espontânea a partir dos atendimentos realizados nos plantões sociojurídicos do “Maré de Direitos” e nos plantões remotos do Infobip. Nesse período pandêmico, ao contrário do que se esperava devido às necessidades de isolamento social, a procura pelo atendimento não diminuiu o que demonstra uma solidificação e credibilidade das orientações sociojurídicas para os moradores. Os números de atendimentos só aumentaram durante o período que mensalmente foi marcado por listas de espera em todos os meses devido à grande demanda. O retorno às atividades presenciais também foi recebido com grande expectativa pela equipe e pelos moradores que puderam ter um contato mais direto com o defensor e se sentirem importantes na atenção dada a suas demandas pelos servidores e defensores. Cabe ressaltar que tudo isso foi possível devido a grande adesão ao movimento de Vacina Maré que possibilitou um sentimento de maior segurança ao retorno presencial por parte dos defensores que não ofereceram resistência a sugestão de normalização das atividades.

A ação se mostra eficiente em seu papel de facilitador de acesso à instituição pública Defensoria Pública, uma vez que a efetivou apenas no ano de 2021, 62% (sessenta e dois por cento) dos atendimentos em processos judiciais até o mês de

novembro, que se encontra em andamento no Judiciário Estadual, nas mais diversas fases processuais.

No ano de 2021, foram realizadas 12 ações em conjunto com a Defensoria onde foram distribuídos em um número parcial de 204 processos distribuídos, nas mais diversas temáticas. A procura pelo atendimento na Defensoria em Ação no ano de 2021 aumentou consideravelmente, uma vez que em todos os meses do ano a procura ultrapassa o número de vagas disponíveis para o atendimento.

A defensoria em ação vem se consolidando principalmente nas ações de Vara da família, que são as mais procuradas. As mulheres da Maré têm identificado, cada vez mais, a necessidade de regulamentar os alimentos dos seus filhos junto à justiça, deixando de lado acordos informais e buscando a formalização para garantir os direitos. Esse processo se dá em um momento em que a Rede da Maré se empenha para que os moradores exerçam seus direitos de maneira plena, possibilitando que conheçam os órgãos institucionais disponíveis na defesa de seus pleitos. O novo comportamento das mulheres já faz perceber que o trabalho do “Maré de Direitos” e dos outros eixos já vem colhendo frutos junto aos moradores.

Quanto ao atendimento referente ao Direito penal, a princípio os assistidos tinham receio e faltavam aos atendimentos. Atualmente os assistidos que buscam orientações criminais, já vislumbram a ação da Defensoria em Ação como um lugar seguro para análise das suas demandas pessoais. O modelo de atendimento agendado, em vez do antigo por demanda espontânea, se mostrou o melhor, porque oferece mais chances de a pessoa já ter sua demanda ajuizada e confere previsibilidade à equipe da Rede e da Defensoria.

As reuniões com a coordenação organizadora são de grande importância, pois efetivam a aproximação entre os envolvidos e o aprimoramento das ações realizadas.

Acompanhando esse processo a legislação tem buscado maneiras de desburocratizar o processo de citação e intimação dos réus. Movimento que facilita muito a perspectiva judiciária no momento de dar ciência ao réu de processos de moradores de favela, visto que é conhecido o temor das autoridades em ingressar nesses Territórios para proceder com a intimação processual.

Nesse sentido, a Lei 14.195, de 26 de agosto de 2021, publicada em 27 de agosto de 2021, alterou diversas disposições do Código de Processo Civil (CPC), dentre elas a forma de citação nos processos judiciais, e está em vigor desde 30 de agosto de 2021. Em resumo, as novas disposições legais permitem e dão preferência

para que a citação seja feita de maneira eletrônica, por e-mail (art. 246 do CPC). Com isso, tanto empresas públicas como privadas serão obrigadas a manter cadastro na Plataforma de Comunicações Processuais (Domicílio Eletrônico) do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que ainda está em desenvolvimento, para garantir o recebimento de citações e intimações (art. 246, § 1º, do CPC). Dessa forma basta que uma mãe informe o telefone ou e-mail do genitor para que a intimação se opere virtualmente, o que é um avanço e um desafio para o processo de intimação dos réus nos processos de família no território.

No âmbito do território é importante que o judiciário busque formas de otimizar a ciência desses processos, uma vez que em razão dos conflitos territoriais, o judiciário se exime de oficiar as pessoas que residem nessas áreas impossibilitando o acesso à justiça. A citação ou intimação feita pelo correio em geral apresenta-se em formato de correspondências com AR, ou seja, o correio além de entregar exige que o recebedor assine para dar ciência e certeza de que a correspondência chegou ao seu destino. Esse tipo de notificação dificilmente chega ao réu residente em território de favelas, o que gera uma sensação de impunidade no cumprimento do seu dever, visto que se o réu não toma ciência o processo não caminha para o seu objetivo final, garantia do direito do autor.

Outra questão a ser analisada é a comunicação da Defensoria com os assistidos, vez que os canais de atendimento não oferecem um retorno claro ao assistido que não consegue acompanhar o seu processo após a distribuição, o 129 e a aplicativo da Defensoria pela experiência da instituição com os moradores em acompanhamento processual, não escoam as necessidades de informações processuais dos moradores que retornam a Redes utilizando a plataforma de whatsapp para esclarecimento de dúvidas, não criando uma autonomia no acompanhamento processual.

Importante foi a expansão do atendimento para novas favelas como a Nova Maré e a Baixa do Sapateiro que aumentou a busca pelo serviço. A busca pelo atendimento sociojurídico na Vila dos Pinheiros tem tido muita procura. Nesta favela e em outras próximas não há muitos projetos como há na Nova Holanda e nas favelas vizinhas, este pode ser um motivo para tamanha procura pelo atendimento nesta região.

Destaca-se aí a importância da Redes da Maré ampliar seus serviços para outras favelas e consolidar a referência no trabalho que realiza na Maré, a fim de

ultrapassar as barreiras existentes, que se tornam impedimentos para o acesso dos moradores.

Cabe ressaltar o aumento da procura por orientações trabalhistas e representação processual dos moradores nessa área do direito, que não são atendidas pela Defensoria, mas que merecem ser repensadas, para busca de uma solução que ampare os moradores nesse aspecto.

Conforme pensado, há ainda a previsão para a implementação do Núcleo da Defensoria Pública na Maré que está sendo planejado para atendimento direto à população da Maré, que é aguardado com grande expectativa diante da alta procura pelo atendimento realizado em parceria, está comprovado que existe uma demanda para efetivação e criação do Núcleo. Essa parceria ainda em um movimento de construção coletiva, mostra que alguns ajustes ainda serão necessários. Através dos relatórios feitos após as ações, a equipe do MDD faz apontamentos de forma crítica construtiva para ações futuras, as pendências que atravessam os atendimentos e mostra que se movimentam de forma estratégica para solucionar as demandas. Nos casos abaixo, é exposto como a equipe faz seus apontamentos para aprimorar a parceria e as ações do Defensoria em ação no território. Através desse movimento instituições como a própria Defensoria, chegam mais próximas das realidades do público que atende e o que se espera, é que consigam entender melhor as especificidades desse público-alvo para intervir de forma a atender às suas demandas, com humanidade, respeito, ética e técnica qualificada.

4 - Considerações finais

As ações realizadas pela Ong Redes da Maré, são muito importantes para o território da Maré e seus moradores, pois através destas o acesso à Justiça fica um pouco mais próximo de acontecer para os moradores desse território, que já sofrem com as violações de direitos por parte do Estado desde que surgiu por volta de 1940. O Estado somente se apresenta neste local, especialmente, de forma violenta e agressiva com sua Política de Segurança Pública racista exterminadora, conforme mostram os dados do INSP, do Observatório de Favelas e da ONG Redes da Maré. Quando se trata de Saúde e Educação, quando não são interrompidos pelas inúmeras operações policiais e confrontos armados de grupos armados civis, a Saúde e Educação funcionam precariamente, bem como outros serviços básicos, como água, luz, telefonia, internet e outros. E a falta de tudo isso, só fez aumentar desde que a Pandemia do novo Coronavírus chegou no Brasil, escancarando as desigualdades sociais e acentuando as diversas manifestações da “questão social”

Em suma, apesar dos desafios vivenciados, o projeto Defensoria em ação da Maré, mostra ser fundamental e necessário para os moradores do território. A Redes da Maré mostra através dos dados que a busca e necessidade pelo atendimento com a Defensoria é constante e o número de assistidos só vem aumentando apesar de não ter tido uma divulgação em massa. A Redes espera que a Defensoria não esteja presente apenas em 2022 através do Defensoria em Ação e vem se movimentando estrategicamente para estreitar laços com o órgão, para que os moradores tenham a presença da instituição formalmente no território, fortalecendo a confiança e parceria com os moradores. Acolhendo suas demandas e sempre que for necessário, que busque construir e fortalecer as parcerias com equipamentos e instituições locais, visando sempre ampliar o acesso à justiça de forma qualificada, ética e entendendo as especificidades do território e da população atendida garantindo um acesso à justiça conforme garantido em constituição federal e informação do site oficial da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro que diz o seguinte:

“Somos uma instituição pública cuja função é oferecer, de forma integral e gratuita, assistência e orientação jurídica aos cidadãos que não possuem

condições financeiras de pagar as despesas destes serviços. Além disto, promovemos a defesa dos direitos humanos, direitos individuais e coletivos e de grupos em situação vulnerável. A assistência jurídica gratuita aos vulneráveis é um direito e garantia fundamental de cidadania previsto no artigo 5º, LXXIV da Constituição da República. A gratuidade de justiça abrange honorários advocatícios, periciais e custas judiciais ou extrajudiciais. (DEFENSORIA, Rio de Janeiro, 2020).

5. Referências bibliográfica

BENCHIMOL, Jaime Larry. Pereira Passos: um Haussmann Tropical: A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. 1a Ed. Rio de Janeiro. Biblioteca Carioca, 1992.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 jun. 2019

BRASIL, Constituição Federal, 1988. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1-988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>.

BRASIL. Decreto de Regulamentação do exercício profissional de Serviço Social.

Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/norma/374101/publicacao/15794702>.

Acesso em: 21 jun. 2019

BRASIL. Lei de Regulamentação do ensino de Serviço Social. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L1889.htm. Acesso em: 21 jun.

2019

BRASIL. Lei de Regulamentação do Serviço Social como profissão. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L3252.htm. Acesso em: 21 jun. 2019

BRASIL. PEC 241, Novo Regime Fiscal. 2016. Disponível em:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1495741&

filename=Tramitacao-PEC+241/2016Acesso em: 29 jul. 2019

BRASIL. PEC das Domésticas. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp150.htm Acesso em: 29 jul. 2019

BRAZ, Marcelo, NETTO, José Paulo. Economia Política: uma introdução crítica.

Editora Cortez, RJ, 2012.

CASTRO, Renata Saavedra Nabuco de. ONGs e transformação social: o caso da

Redes de Desenvolvimento da Maré. 2012. Tese de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade

Católica/PUC – Rio

Censo Maré, 2010. Disponível em:

https://www.redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/CensoMare_WEB_04MAI.pdf

CFESS. Atribuições privativas do assistente social. Em questão. CEFESS, Brasília, fevereiro de 2002. Pág.07 a 21.

CFESS. Código de Ética Profissional do assistente social/1993 e Lei n. 8.662/1993, que regulamenta a profissão de Serviço Social Brasília: CFESS, 1993.

CRESS – Conselho Regional de Serviço Social/ 7a Região – RJ. Disponível em:

<http://www.cressrj.org.br/site/servico-social/>. Acesso em: 29 jul. 2019

CUNHA, Euclides da. Os Sertões. Rio de Janeiro: Ed. Especial, Nova Fronteira, 2011.

FERNANDES, F. A integração do Negro na Sociedade de Classes. 3a Ed. São

Paulo: Ática, 1978.

FGV.Fundação Getulio Vargas. Centro de Políticas Sociais. Pesquisa: Qual foi o impacto

da crise sobre a pobreza e a distribuição de renda? Disponível em:

[https://www.cps.fgv.br/cps/bd/docs/NOTA-CURTA-Pobreza-Desigualdade-a-Crise-](https://www.cps.fgv.br/cps/bd/docs/NOTA-CURTA-Pobreza-Desigualdade-a-Crise-Recente_FGV_Social_Neri.pdf)

[Recente_FGV_Social_Neri.pdf](https://www.cps.fgv.br/cps/bd/docs/NOTA-CURTA-Pobreza-Desigualdade-a-Crise-Recente_FGV_Social_Neri.pdf). Acesso em: 22 jun. 2019

IAMAMOTO, Marilda Villela. 80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 128, p. 13 – 38, jan./abr. 2007

IAMAMOTO, Marilda Villela. A Questão Social no Capitalismo. In: Temporalis /

Associação Brasileira de Ensino e Pesquisas em Serviço Social, ano 2, no 3, p. 09 –

31, jan./jun.. Brasília: ABEPSS, 2001

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2010. Aglomerados Subnormais. Disponível em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/552/cd_2010_agasn_if.pdf.

Acesso em: 21 abr. 2019

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Trimestre Móvel outubro à dezembro de 2017.

Disponível em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3086/pnacm_2017_dez.pdf.

Acesso em: 21 abr. 2019

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por

Amostra de Domicílios Contínua. Disponível em:

https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/81c9b2749a7b8e5b67f9a7361f839a3d.pdf. Acesso em: 21 de abr. 2019

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Renda domiciliar per capita 2016. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua. IBGE, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Renda domiciliar per capita 2017. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua. IBGE, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101459.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2019

INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Dados sobre letalidade no Rio de Janeiro em 2017. Disponível em: <http://www.ispvisualizacao.rj.gov.br/Letalidade.html>. Acesso em: 23 de abr. 2019

JANNUZZI, Paulo de Martino. Avaliação de programas sociais: conceitos e referenciais de quem a realiza. Revista Estudo em Avaliação Educacional. São

Paulo, v. 25, n. 58, p. 22-42, maio/ago., 2014.

MARTINELLI, Maria Lúcia. Reflexões sobre o Serviço Social e o projeto ético-político profissional, 2006. Disponível em:

<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/69/67>. Acesso em:

23 de abr. 2019

Observatório das Metrôpoles e RedODSAL. Desigualdade social cresce nas metrôpoles brasileiras durante a pandemia. PUCRS, 2020. Disponível em: <https://www.pucrs.br/blog/desigualdade-social-cresce-nas-metropoles-brasileiras-durante-a-pandemia/> . Acesso em 10 de fev. de 2022

OMS declara pandemia de coronavírus. G1, 2020. Disponível em:

<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/03/11/oms-declara-pandemia-de-coronavirus.ghtml> . Acesso em: 10 de fev. de 2022.

REDES DA MARÉ. Ação Civil Pública. Disponível em:

<http://redesdamare.org.br/br/artigo/58/acao-civil-publica-um-instrumento-legal-para-a-garantia-de-direitos-dos-moradores-das-16-favelas-da-mare>. Acesso em: 1o mai. 2019

RIO DE JANEIRO. Decreto de lei no 2.119 de 19 de janeiro de 1994.Cria o bairro Maré. Disponível em:

<http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/contlei.nsf/c5e78996b82f9e0303257960005fdc93/4fa221027114b42d032576ac0073364b?OpenDocument>. Acesso em: 21 jun. 2019

RIO DE JANEIRO. Plano Diretor. Lei Complementar no 16/1992. Disponível em:

<http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/contlei.nsf/573ad0b372ea8c96032564ff00629eae/758414dfce085d47032577220075c7e4?OpenDocument>. Acesso em: 21jun. 2019

ROSENDO, Shirley. SARDINHA, Maycon. VIANA, Arthur. APESAR DE VOCÊ,

AMANHÃ HÁ DE SER OUTRO DIA: Na luta pelo Direito à segurança pública na

Favela da Maré. Disponível em: <http://mareonline.com.br/direitos->

humanos/seguranca-publica/apesar-de-voce-amanha-ha-de-ser-outro-dia/. Acesso em: 1o ago. 2019

SILVA, Eliana Sousa. A ocupação da Maré pelo exército brasileiro – Percepção de moradores sobre a ocupação das forças armadas na Maré. Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2017. 95

SILVA, Eliana Sousa. O contexto das práticas policiais nas favelas da Maré: a busca de novos caminhos a partir de seus protagonistas. 2009. Tese de Doutorado. Departamento de Serviço Social, Programa de Pós-graduação em Serviço Social. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica/PUC – Rio

SILVA, Eliana Sousa. Testemunhos da Maré. 2a ed. – Rio de Janeiro: Mórula, 2015.

TEODOSIO, Tatiana Santos Jung. Espaço Maré: histórias, trajetórias e desafios.

Tese de Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais, IBGE. Rio de

Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas/ENCE, 2006.